

2012
setembro

Síntese da Execução Orçamental

Ministério das Finanças

Direção-Geral do Orçamento

Síntese de Execução Orçamental
Publicação mensal
Elaborado com Informação disponível até 24 de setembro

Direção-Geral do Orçamento
Telefone: 21 884 63 00
Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>

ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	3
SÍNTESE GLOBAL	3
SUBSETOR ESTADO	7
SÍNTESE	7
RECEITA	8
DESPESA	11
SUBSETOR SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS.....	14
SÍNTESE	14
RECEITA	16
DESPESA	17
ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR)	18
SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE	20
SÍNTESE	20
RECEITA	21
DESPESA	21
SEGURANÇA SOCIAL	22
SÍNTESE	22
RECEITA	24
DESPESA	24
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	25
SÍNTESE	25
RECEITA	26
DESPESA	27
ADMINISTRAÇÃO LOCAL.....	28
SÍNTESE	28
RECEITA	29
DESPESA	29

SÍNTESE GLOBAL

- O saldo da Administração Central e da Segurança Social relevante para efeitos do Programa de Ajustamento Económico e financeiro (PAEF) situou-se em -5.493 milhões de euros, no final do mês de agosto. Este saldo difere dos valores apurados na ótica da contabilidade pública nos termos do Memorando Técnico de Entendimento do PAEF, devido à exclusão da receita dos fundos de pensões de 2.783,9 milhões de euros), aos pagamentos de dívidas de anos anteriores do Serviço Nacional de Saúde (SNS), no montante de 1.353,6 milhões de euros, e a outros ajustamentos no montante de 45,4 milhões de euros.
- A despesa efetiva da Administração Central e da Segurança Social registou, até agosto de 2012, uma variação homóloga¹ de +0,4%. Por sua vez, a despesa primária decresceu 1,2%. Este resultado está influenciado pela transferência de 1.353,6 milhões de euros para instituições do Serviço Nacional de Saúde visando a regularização de dívidas de anos anteriores, com impacto de 3 p.p. no crescimento da despesa. Sem este efeito, as taxas de variação que se obteriam seriam de - 2,6% e - 4,4%, respetivamente.

As despesas com o pessoal diminuíram 15,5% (-16% até julho), refletindo o efeito decorrente da medida de suspensão do subsídio de férias, bem como a evolução do número de funcionários. EM Agosto as despesas com o pessoal diminuíram 11,8%.

A despesa com bens e serviços e outras despesas correntes aumentou 15,5 % (4,2 % até julho) devido ao pagamento de dívidas do SNS. Corrigido este fator ter-se-ia uma redução destas despesas de cerca de 4,8% (-4,1% em julho).

A variação das transferências de capital (-25,6%) mantém o comportamento verificado até julho (-25,8%) determinada pelos efeitos base da execução de 2011 associados à regularização de responsabilidades financeiras do Estado perante as concessionárias de infraestruturas rodoviárias, bem como à operação de cessão de créditos realizada em 2011 pela CGA.

A despesa com juros e outros encargos aumentou 18,8% (17,3% até julho), resultado mais favorável quando por comparação com o Orçamento Retificativo. A aceleração observada resulta do pagamento de juros de empréstimos no âmbito do mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira e do FMI.

As transferências correntes cresceram 2,5% (2,2% até julho), explicado sobretudo pelos encargos com o subsídio de desemprego e de apoio ao emprego e com as pensões do regime substitutivo dos bancários. A aceleração daquela rubrica de despesa face à execução até julho é justificada pelas pensões e complementos do regime geral de segurança social e pela diluição do efeito de redução das pensões e abonos a cargo da Caixa Geral de Aposentações (CGA), por via da medida de suspensão do pagamento do subsídio de férias.

¹ As comparações homólogas são realizadas considerando universos comparáveis. Assim, nas comparações homólogas referentes à Administração Central e aos Serviços e Fundos Autónomos (SFA) não são consideradas as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR).

- A receita efetiva registou um aumento de 4,7% (5,2% até julho) explicado em grande parte pela contabilização do montante de 2.687,1 milhões de euros relativos à transmissão da parte remanescente da titularidade dos ativos dos fundos de pensões das instituições de crédito (IC).

A receita fiscal apresentou uma evolução negativa (-2,4%) recuperando em relação a julho (-3,4%).

Os impostos diretos aumentaram em 2,1%, observando-se uma inflexão relativamente à execução até julho (por memória, -1,5%), explicada pela antecipação do prazo de pagamento da cobrança de IRS relativo a 2011.

Os impostos indiretos reduziram-se 5,3%, acentuando o comportamento observado até julho, justificado sobretudo pela evolução do IVA, designadamente, devido a um aumento dos reembolsos aos agentes económicos.

As contribuições sociais, que registaram uma diminuição de 6% (-5,6% até julho), mantendo-se em linha com a evolução desfavorável do emprego e do reflexo, no caso da CGA, da medida de suspensão do pagamento do subsídio de férias do pessoal no ativo.

Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011

€ Milhões

	Universo comparável		Universo comparável (sem EPR)				Universo real (com EPR)	
	jan - agosto 2011		agosto 2012		jan - agosto 2012		jan - agosto 2012	
	Execução acumulada	Execução mensal	Variação homóloga (%)	Grau de execução mensal (%)	Execução acumulada	Variação homóloga acumulada (%)	Execução acumulada	Grau de execução acumulado (%)
Receita corrente	38.694,1	5.210,0	1,1	8,4	38.066,7	-1,6	39.312,3	61,3
Impostos diretos	8.227,1	1.116,0	34,8	7,7	8.400,7	2,1	8.400,7	58,1
Impostos indiretos	13.790,6	1.943,9	-7,4	8,8	13.106,0	-5,0	13.556,4	59,7
Contribuições de Segurança Social	11.957,2	1.433,4	-8,8	8,1	11.236,0	-6,0	11.236,0	63,9
Outras receitas correntes	4.719,2	716,8	9,2	9,2	5.324,1	12,8	6.119,3	65,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	41,1	5,9	35,0	7,0	43,3	5,4	41,6	50,0
Receita de capital	1.285,5	93,2	2,1	1,9	3.775,6	193,7	3.887,5	74,6
Venda de Bens de Investimento	26,2	2,0	642,9	1,5	3,8	-85,5	7,6	4,5
Transferências de capital	1.017,2	86,7	15,6	2,0	3.322,1	226,6	3.429,3	75,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	6,8	0,6	-47,3	1,5	6,3	-7,7	6,3	30,5
Outras receitas de capital	242,1	4,4	-72,4	1,0	449,7	85,7	450,6	88,1
Receita efetiva	39.979,6	5.303,2	1,1	7,9	41.842,3	4,7	43.199,8	62,3
Despesa corrente	42.488,6	5.784,3	18,3	8,5	43.295,0	1,9	44.512,0	63,0
Consumo público	15.331,2	2.597,5	35,4	10,7	15.024,1	-2,0	16.075,4	61,9
Despesas com o pessoal	8.640,0	867,4	-11,8	7,4	7.298,5	-15,5	7.749,2	62,5
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	6.691,2	1.730,2	85,0	13,8	7.725,6	15,5	8.326,2	61,3
Subsídios	914,6	95,9	4,1	6,2	795,5	-13,0	812,9	51,8
Juros e outros encargos	3.591,7	307,3	42,6	4,2	4.268,0	18,8	4.696,3	55,3
Transferências correntes	22.651,2	2.783,6	4,5	7,9	23.207,4	2,5	22.927,3	66,2
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	1.339,9	240,1	64,0	9,7	1.594,5	19,0	1.300,0	66,3
Despesa de capital	2.668,4	232,8	-10,1	6,2	2.048,1	-23,2	2.705,2	52,9
Investimento	369,5	90,9	26,4	9,3	348,8	-5,6	1.364,4	49,4
Transferências de capital	2.266,7	142,8	-23,1	5,2	1.686,3	-25,6	1.324,1	57,0
(das quais: transferências para outros subsectores das AP)	998,0	86,5	-0,5	4,9	1.275,1	27,8	912,4	67,0
Outras despesas de capital	32,3	-0,9	-155,9	-2,9	13,0	-59,9	16,7	57,5
Despesa efetiva	45.157,0	6.017,2	16,8	8,4	45.343,1	0,4	47.217,2	62,3
Saldo global	-5.177,4	-713,9			-3.500,8		-4.017,4	
<i>Por memória:</i>								
Saldo primário	-1.585,7	-406,6			767,1		679,0	
Ajustamentos PAEF								
Garantias, empréstimos e ativos		-24,9			-45,4		-45,4	
Transferência adicional para o SNS - pagam. de dívidas		879,7			1.353,6		1.353,6	
Fundos de pensões		0,0			-2.783,9		-2.783,9	
Saldo global (critério de desempenho PAEF)		140,8			-4.976,5		-5.493,0	

Fonte: Ministério das Finanças

A execução de 2011 não inclui as Entidades Públicas Reclasseificadas (EPR), uma vez que estas entidades apenas foram integradas em 2012 na Administração Central, no subsector dos serviços e fundos autónomos.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo.

■ O valor provisório do défice do **subsector Estado** até agosto de 2012 situou-se em 4.895,3 milhões de euros, resultado que compara favoravelmente com o observado em igual período do ano precedente. A receita efetiva cresceu 10,6%, refletindo, em grande parte, a contabilização da parte remanescente dos ativos dos fundos de pensões das IC, sendo de salientar, relativamente à receita fiscal, a recuperação de 1,1 p.p. relativamente à execução acumulada a julho. A despesa efetiva cresceu 1,1% enquanto a despesa primária registou um decréscimo de 1,2%. Caso se excluísse o valor transferido para o SNS visando a regularização de dívidas de anos anteriores, a despesa efetiva ter-se-ia reduzido em 3,8% e a despesa primária em 6,6%.

■ O **subsector dos Serviços e Fundos Autónomos** registou um excedente de 609,2 milhões de euros, o que traduz uma degradação em termos homólogos, decorrente sobretudo da diminuição da receita de transferências regulares do OE para financiamento do SNS e o efeito de base de 2011 da compensação financeira relativa à incorporação do fundo de pensões da PT na CGA. O saldo global

das EPR ascendeu a -516,5 milhões euros, sendo principalmente justificado pela despesa de investimento e encargos financeiros.

- O saldo global da **execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde** situou-se em 1.298,4 milhões de euros, influenciado pela concretização da totalidade da transferência (1.500 milhões de euros) respeitante ao previsto no orçamento retificativo, visando a regularização de dívidas de anos anteriores.
- O saldo global do **subsetor da Segurança Social** registou um excedente de 268,8 milhões de euros, inferior em 458,9 milhões de euros face ao período homólogo. Este resultado decorre do aumento dos encargos com as prestações sociais e em paralelo com o comportamento negativo da receita de contribuições
- Os subsectores da **Administração Regional e Local** apresentaram, nos primeiros 8 meses do ano, um excedente de 159,5 milhões de euros², para o qual contribuiu a administração local com um saldo de 241,3 milhões de euros e a administração regional com um défice de 81,9 milhões de euros.

² Para a Administração Local, o valor foi apurado com base no universo real de reporte (238 municípios num total de 308).

SÍNTESE

- O resultado da execução orçamental do subsetor Estado até agosto de 2012 traduziu-se num saldo global de -4.895,3 milhões de euros, traduzindo uma melhoria de 2.201 milhões de euros relativamente a igual período do ano anterior.

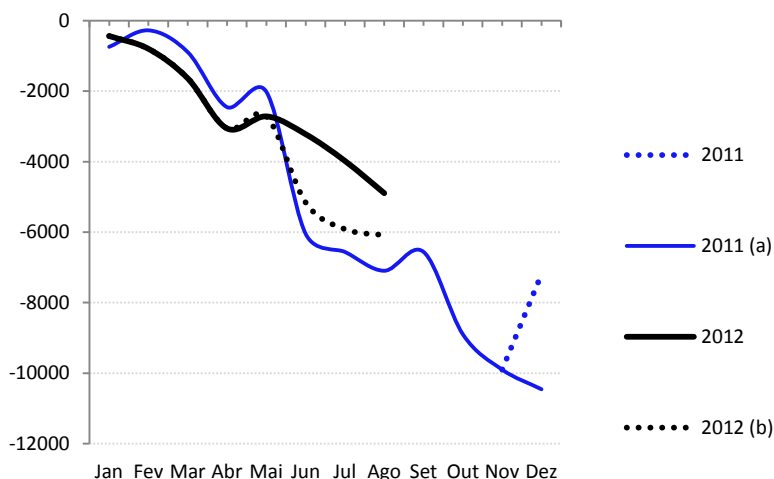
Execução orçamental do Estado (janeiro a agosto)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Receita						
Receita fiscal	21.264,0	20.748,0	61,8	59,1	-2,4	-2,2
Receita não fiscal	2.629,6	5.682,5	47,7	82,2	116,1	12,8
Receita efetiva	23.893,6	26.430,5	59,9	62,9	10,6	
Despesa corrente	28.883,9	29.622,6	61,9	64,9	2,6	2,4
Despesa corrente primária	25.299,4	25.383,9	62,8	66,3	0,3	0,3
Juros e outros encargos	3.584,5	4.238,7	56,2	57,8	18,3	2,1
Despesa de capital	2.105,9	1.703,2	60,5	63,6	-19,1	-1,3
Investimento	203,8	185,5	30,0	37,4	-9,0	-0,1
Transferências de capital	1.893,0	1.510,5	68,0	69,5	-20,2	-1,2
Outras despesas de capital	9,2	7,1	52,2	72,5	-22,1	0,0
Despesa efetiva	30.989,9	31.325,8	61,8	64,8	1,1	
Despesa primária	27.405,4	27.087,2	62,6	66,1	-1,2	
Saldo global	-7.096,3	-4.895,3				
Saldo corrente	-5.273,3	-6.427,1				
Saldo de capital	-1.822,9	1.531,8				
Saldo primário	-3.511,8	-656,7				

Fonte: Ministério das Finanças

- O gráfico seguinte evidencia a evolução mensal do saldo global em 2011 e 2012, individualizando o efeito da transferência proveniente da transmissão para o Estado das responsabilidades dos fundos de pensões das IC e da transferência para o SNS visando a regularização de dívidas de anos anteriores.

Gráfico 1 - Saldo Global (milhões de euros)



Nota: a) Excluindo, em 2011, a receita do Fundo Pensões das IC (3.263,1 M€).

b) Excluindo, em 2012, a receita do Fundo Pensões das IC (2.687,1 M€) e transferência para o SNS (regularização dívidas 1.500 M€).

Fonte: Ministério das Finanças

RECEITA

- **A receita fiscal líquida acumulada** do mês de agosto de 2012 recuperou face ao mês anterior, registando uma variação de -2,4%, face ao período homólogo. Esta evolução traduz uma melhoria de 1,1 p.p. relativamente ao mês anterior (-3,5%).
- Esta recuperação ocorreu designadamente no caso dos impostos diretos, verificando-se uma recuperação de 3,7 p.p. na respetiva taxa de variação em termos homólogos. Subjacente a esta evolução encontra-se o efeito da antecipação de um mês do prazo de pagamento das notas de cobrança do IRS relativo às declarações referentes a 2011, o qual determinou um aumento de 13,7% da receita líquida acumulada do IRS na variação homóloga deste imposto (uma melhoria de 7,8 p.p.).
- Destaca-se também o aumento da receita mensal líquida de outros impostos diretos, o qual é fruto do desempenho positivo da tributação sobre o património mobiliário detido no estrangeiro (RERT III), e que reflete a parcela final do imposto liquidado no âmbito do RERT III transferida pelo Banco de Portugal no mês de agosto.

Execução orçamental da receita fiscal do Estado (janeiro a agosto)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Impostos diretos	8.207,5	8.378,4	56,2	58,0	2,1	0,8
- IRS	4.977,0	5.661,0	47,8	59,3	13,7	3,2
- IRC	3.183,4	2.453,6	76,1	50,5	-22,9	-3,4
- Outros	47,1	263,8	420,5	527,6	460,1	1,0
Impostos indiretos	13.056,5	12.369,6	66,0	59,8	-5,3	-3,2
- ISP	1.545,3	1.428,3	64,6	63,2	-7,6	-0,6
- IVA	8.925,3	8.727,1	67,2	60,2	-2,2	-0,9
- Imposto sobre veículos	478,1	265,6	60,5	45,3	-44,4	-1,0
- Imposto consumo tabaco	828,8	739,4	61,4	49,9	-10,8	-0,4
- IABA	114,8	110,3	59,2	52,3	-3,9	0,0
- Imposto de Selo	1.015,9	937,2	66,8	67,1	-7,7	-0,4
- Imposto Único de Circulação	114,2	126,5	71,4	67,6	10,8	0,1
- Outros	34,1	35,2	44,8	59,8	3,2	0,0
Receita fiscal	21.264,0	20.748,0	61,8	59,1	-2,4	

Fonte: Ministério das Finanças

■ Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos impostos diretos são

- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) – regista-se um aumento de 13,7% da receita líquida acumulada, face à antecipação do prazo de pagamento do IRS referente a 2011;
- Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) – a receita líquida acumulada apresenta uma variação homóloga de -22,9%; e
- Outros – regista-se o aumento da receita mensal líquida de outros impostos diretos, resultante do desempenho positivo da tributação sobre o património mobiliário detido no estrangeiro (RERT III), a qual atingiu o montante final de 258,4 milhões de euros.

■ Os principais fatores que determinam a variação homóloga dos impostos indiretos são

- Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) – a receita líquida acumulada regista uma variação de -2,2% face ao período homólogo de 2011, designadamente devido a um aumento dos reembolsos aos agentes económicos;
- Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) - verifica-se uma variação negativa de 7,6%, face a igual período de 2011;
- Imposto do Selo (IS) - a receita líquida acumulada regista uma variação de -7,7%, em termos homólogos, a qual resulta do decréscimo de operações financeiras;
- Imposto sobre o Tabaco (IT) - a receita líquida acumulada regista uma redução de 10,8% face ao período homólogo de 2011, devido à diminuição do consumo e à sazonalidade do mesmo. No entanto, importa sublinhar uma recuperação de 1,9 p.p. face à variação em termos homólogos registada no mês anterior (-12,7%);

- Imposto sobre Veículos (ISV) - a receita líquida acumulada regista uma variação negativa de 44,5%, devido à quebra nas vendas de veículos;
- Imposto Único de Circulação (IUC) - a receita líquida acumulada apresenta uma variação positiva de 10,8%, em termos homólogos; e
- Imposto sobre o Álcool e Bebidas Alcoólicas (IABA) - a receita líquida acumulada regista um decréscimo de 3,9% face ao período homólogo de 2011.

- Os reembolsos registaram um aumento de 2,0% face ao período homólogo de 2011.

	Milhões de euros		VH (%)
	2011	2012	
Impostos Directos	2.754,4	2.801,7	1,7
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	2.014,2	1.946,8	-3,3
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	731,5	854,2	16,8
Outros	8,7	0,7	-92,2
Impostos Indirectos	3.362,1	3.437,2	2,2
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	73,5	67,4	-8,3
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	3.271,7	3.345,8	2,3
Imposto sobre Veículos ISV)	1,0	10,5	n.a.
Imposto de consumo sobre o tabaco (IT)	7,8	9,9	26,5
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	0,1	0,3	n.a.
Imposto do selo (IS)	4,2	3,3	-21,6
Imposto Único de Circulação (IUC)	0,0	0,0	-
Outros	3,7	0,0	-99,8
Total de reembolsos	6.116,6	6.238,9	2,0

Fonte: Ministério das Finanças

- A **receita não fiscal** apresenta um significativo crescimento de 116,1% (mais 3.052,9 milhões de euros), em grande medida explicado pelo acréscimo de cobrança das "Transferências de capital" (mais 2.744,7 milhões de euros), "Outras receitas de capital" (mais 228,6 milhões de contos) e "Outras receitas correntes" (mais 117,0 milhões de euros), cujos motivos se encontram explicados nas sínteses de execução orçamental.

Execução orçamental da receita não fiscal do Estado (janeiro a agosto)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Corrente	2.346,6	2.447,5	55,2	68,6	4,3	3,8
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	302,3	313,9	51,7	59,3	3,8	0,4
Taxas, Multas e Outras Penalidades	435,6	490,0	61,4	72,7	12,5	2,1
Rendimentos da Propriedade	248,0	237,6	61,4	51,9	-4,2	-0,4
Transferências Correntes	659,3	581,0	40,8	60,7	-11,9	-3,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	280,7	302,7	70,4	74,3	7,8	0,8
Outras Receitas Correntes	253,5	370,5	88,9	121,8	46,2	4,4
Recursos Próprios Comunitários	110,9	109,0	62,8	64,0	-1,7	-0,1
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	56,3	42,8	77,1	61,1	-24,0	-0,5
Capital	283,0	3.235,0	22,4	96,8	1.043,1	112,3
Venda de Bens de Investimento	11,3	-0,2	2,8	-	-	-
Transferências de Capital	45,7	2.790,4	34,7	99,6	6.005,9	104,4
Outras Receitas de Capital	53,9	282,5	10,0	102,3	424,1	8,7
Saldo da Gerência Anterior	172,1	162,3	88,4	98,1	-5,7	-0,4
Receita não fiscal	2.629,6	5.682,5	47,7	82,2	116,1	

Fonte: Ministério das Finanças

DESPESA

- A despesa efetiva até agosto de 2012 apresentou um grau de execução aferido em relação ao objetivo implícito ao Orçamento Retificativo de 64,8%, crescendo 1,1% face a igual período do ano precedente. A despesa primária registou uma redução de 1,2%.

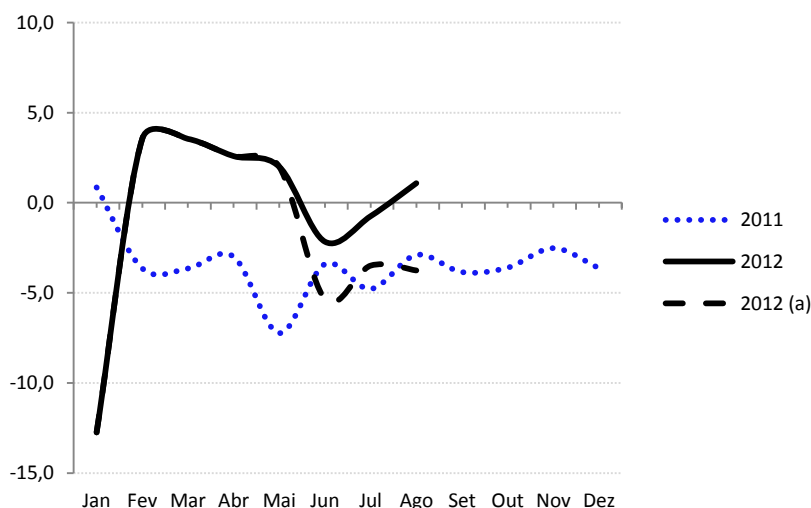
Execução Orçamental da Despesa do Estado (janeiro a agosto)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (p.p.)
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)			
Despesa corrente	28.883,9	29.622,6	61,9	64,9	2,6	2,4
Despesas com o pessoal	6.623,8	5.593,0	63,5	63,5	-15,6	-3,3
Aquisição de bens e serviços	962,4	886,8	46,2	46,9	-7,8	-0,2
Juros e outros encargos	3.584,5	4.238,7	56,2	57,8	18,3	2,1
Transferências correntes	17.232,0	18.464,6	65,1	69,7	7,2	4,0
Subsídios	138,1	123,6	22,3	40,6	-10,5	0,0
Outras despesas correntes	343,1	315,9	48,2	39,1	-7,9	-0,1
Despesa corrente primária	25.299,4	25.383,9	62,8	66,3	0,3	0,3
Despesa de capital	2.105,9	1.703,2	60,5	63,6	-19,1	-1,3
Investimento	203,8	185,5	30,0	37,4	-9,0	-0,1
Transferências de capital	1.893,0	1.510,5	68,0	69,5	-20,2	-1,2
Outras despesas de capital	9,2	7,1	52,2	72,5	-22,1	0,0
Despesa primária	27.405,4	27.087,2	62,6	66,1	-1,2	
Despesa efetiva	30.989,9	31.325,8	61,8	64,8	1,1	

Fonte: Ministério das Finanças

- De referir que, no mês em análise, foi transferido o montante de 750 milhões de euros para a Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., ficando assim completa a transferência relativa ao montante inscrito no 1.º Orçamento Retificativo a favor do Serviço Nacional de Saúde, visando a regularização de dívidas de anos anteriores. Numa análise sem este efeito, que decorreu entre junho e agosto, a despesa efetiva registaria um decréscimo de 3,8% (que compararia com 3,5% até julho), enquanto a redução da despesa primária seria de 6,6% (comparando com -6,4% até julho).

Gráfico 2 - Despesa Efetiva – VH (%)



Nota: a) Excluindo, em 2012, as transferências para ao SNS visando a regularização de dívidas de anos anteriores.

Fonte: Ministério das Finanças

- A variação homóloga até agosto (1,1%) é superior à observada até julho (-0,7%) , o que é explicado, sobretudo, pelos seguintes fatores:
 - Transferência para o SNS para regularização de dívidas de anos anteriores;
 - Aceleração da despesa com juros e outros encargos, decorrente da especificidade do padrão de execução intra-anual desta rubrica de despesa;
 - Diluição do efeito de base associado à regularização de responsabilidades perante concessionárias de infraestruturas rodoviárias em junho de 2011;
 - Diluição do efeito decorrente da medida de suspensão do subsídio de férias ao pessoal dos serviços da administração direta do Estado; e
 - Aceleração da despesa com indemnizações compensatórias (IC) a Empresas Públicas reclassificadas para o perímetro da administração central, uma vez que a Resolução de Conselho de Ministros que distribui as IC foi aprovada, em 2011, no final do ano, enquanto em 2012 o correspondente normativo legal foi aprovada em junho³, permitindo às empresas ir recebendo as dotações todos os meses.

Estes efeitos são contrariados pelos seguintes fatores com impacto favorável na evolução da despesa:

- O efeito de base de 2011 da contribuição financeira para a União Europeia associado ao facto de, em agosto desse ano, ter sido regularizada em despesa orçamental o montante relativo a julho, que teve cobertura em antecipação de fundos; e
 - Menor valor da contribuição financeira para a Caixa Geral de Aposentações em agosto de 2012 (340 milhões de euros), quando por comparação com igual mês de 2011 (450 milhões de euros).
-
- A variação homóloga mensal em agosto foi de 14,8% na despesa efetiva e de 13,3% na despesa primária, refletindo a transferência adicional para o SNS. Excluindo este efeito, a despesa teria decrescido 5,8% e a despesa primária 8,6%, sendo de salientar: a redução das despesas com o pessoal; o decréscimo da transferência para a Caixa Geral de Aposentações para cobertura do défice do sistema de pensões; e o diferente padrão de execução intra-anual da contribuição financeira para a União Europeia.

³ Resolução de Conselho de Ministros n.º 52/2012, de 20 de junho.

Subsetor Serviços e Fundos Autónomos

SÍNTESE

Execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a agosto)

	2011				2012				SFA	Contrib. VH (pp.)
	SFA	SFA	EPR	Total	SFA	SFA	EPR	Total		
	Milhões de euros				Grau de Execução (%)				VH (%)	
Receita corrente	14.592,1	15.306,9	1.538,7	16.791,7	60,1	66,7	55,1	65,5	4,9	4,5
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	2.519,9	2.215,1	0,0	2.215,1	60,7	63,8	-	63,8	-12,1	-1,9
Transferências correntes	10.460,1	11.314,2	532,3	11.789,2	62,7	75,7	67,2	67,8	8,2	5,4
Outras receitas correntes	1.612,1	1.777,7	1.006,4	2.787,4	46,9	61,8	50,3	58,1	10,3	1,0
Receita de capital	1.273,1	751,0	470,8	1.216,4	62,8	41,3	64,9	48,0	-41,0	-3,3
Receita Efectiva	15.865,2	16.057,9	2.009,5	18.008,1	60,3	64,8	57,1	63,9	1,2	1,2
Despesa corrente	13.876,0	14.413,2	1.510,1	15.869,4	57,5	63,9	51,7	62,5	3,9	3,7
Despesas com o pessoal	1.818,5	1.537,6	450,7	1.988,3	58,0	59,2	65,7	60,6	-15,4	-1,9
Aquisição de bens e serviços	5.218,0	6.153,7	413,7	6.567,4	58,0	65,5	52,1	64,5	17,9	6,4
Transferências correntes	6.543,9	6.262,1	17,7	6.254,3	58,6	65,3	76,6	65,0	-4,3	-1,9
Outras despesas correntes	295,6	459,8	627,9	1.059,4	34,5	45,8	44,2	46,2	55,6	1,1
Despesas de capital	798,0	519,0	1.016,0	1.529,6	40,6	42,6	56,8	51,0	-35,0	-1,9
Investimento	158,0	148,8	1.015,6	1.164,4	21,6	33,0	56,8	52,0	-5,8	-0,1
Transferências de capital	616,8	366,3	0,4	359,9	51,3	49,6	-	48,8	-40,6	-1,7
Outras despesas de capital	23,1	3,8	0,0	5,2	76,1	12,9	-	27,1	-83,5	-0,1
Despesa Efectiva	14.674,0	14.932,2	2.526,1	17.398,9	56,2	62,8	53,6	61,3	1,8	1,8
Saldo global	1.191,2	1.125,7	-516,5	609,2						
Saldo corrente	716,1	893,7	28,6	922,4						
Saldo de capital	475,1	232,0	-545,2	-313,2						
Saldo primário	1.196,7	1.153,3	-88,2	1.065,2						

Nota: As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Fonte: Ministério das Finanças

- O saldo global do subsector dos SFA⁴ em agosto de 2012, incluindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS)⁵, atingiu os 609,2 milhões de euros, sendo -516,5 milhões de euros respeitantes às Entidades Públicas Reclassificadas (EPR) no perímetro da Administração Central.
- O saldo global em termos de universos comparáveis, ascende a 1.125,7 milhões de euros, apresentando um agravamento em 65,4 milhões de euros face ao período homólogo de 2011, explicado pelo aumento em despesa efetiva (+1,8%) ter sido superior à melhoria registada em receita efetiva (+1,2%).

⁴ Organismos em falta de reporte de execução orçamental em agosto:

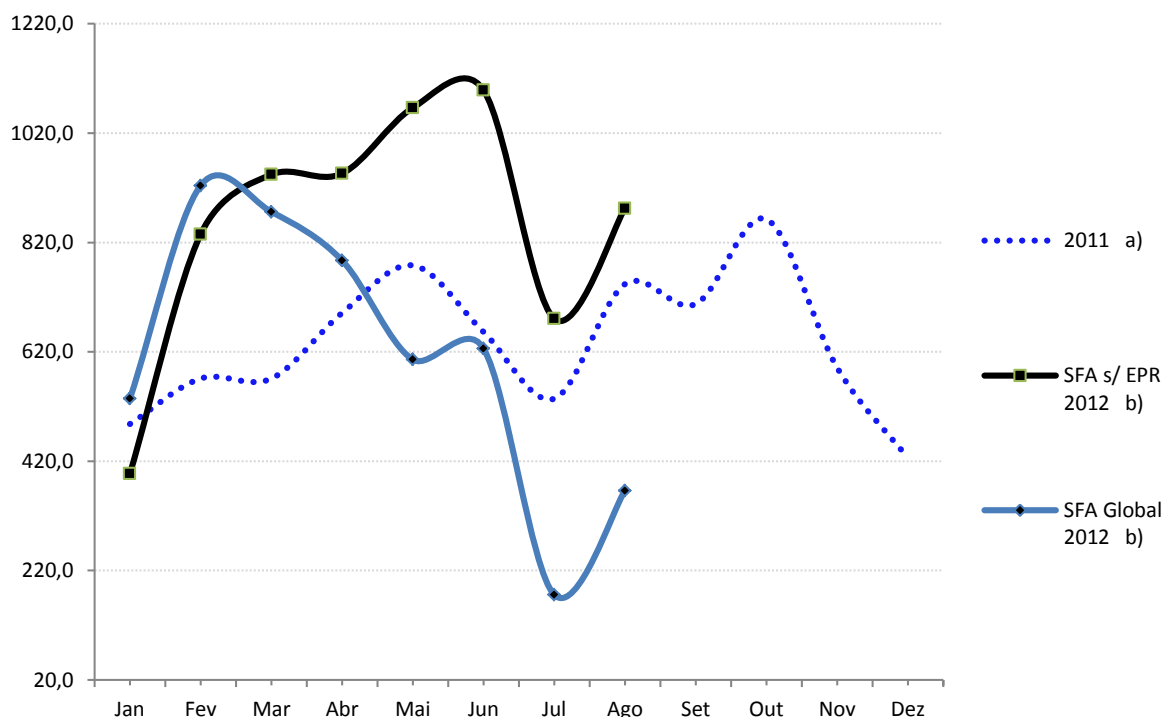
2012 - Parups, S.A, Parvalorem, S.A e Tapada Nacional de Mafra – Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental, CIRPL, Empresa de Meios Aéreos, SA, Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P.

2011 - UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP.

⁵ A análise da execução orçamental do SNS da presente secção é efetuada na ótica da contabilidade pública (ótica tesouraria).

- A melhoria em receita efetiva (+1,2%) encontra-se influenciada pelo recebimento em agosto do montante de 750 milhões de euros, correspondente ao remanescente do reforço previsto no Orçamento Retificativo de 2012 para o SNS.
- O acréscimo da despesa homóloga é resultante do pagamento extraordinário em 2012 de dívidas de anos anteriores por parte do SNS aos fornecedores.

Gráfico 3 – Evolução do saldo global do subsector dos SFA - Milhões de Euros



Nota: a) Excluída a incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA (em 2011: 476,7 M€)

b) Em 2012 exclui-se o montante relativo à incorporação dos Fundos de Pensões do Grupo BPN (96,8 M€) bem como o efeito no saldo global associado ao recebimento da totalidade das transferências previstas no Orçamento Retificativo destinada ao SNS (146,4M€)

Fonte: Ministério das Finanças

SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (EXCLUINDO EPR)

- O saldo global comparável, excluído de operações extraordinárias⁶ verificadas quer em 2011, quer em 2012, regista uma melhoria de 138,7 milhões de euros, justificada pelo comportamento da despesa sobretudo ao nível da redução em despesas com o pessoal, em aquisição de bens e serviços e encargos com pensões.

Saldo Global do Subsector dos SFA (janeiro a agosto) - Exclui EPR

Serviços	2011	2012	Variação em 2012
	Milhões de euros		
Saldo Global	1.191,2	1.125,7	-65,4
<i>Excluindo operações extraordinárias</i>	743,9	882,6	138,7
<i>dos quais:</i>			
Serviço Nacional de Saúde (SNS)	53,2	281,4	228,2
<i>Excluindo o efeito em receita e despesa do reforço do OER</i>	53,2	135,0	81,8
Caixa Geral de Aposentações (CGA)	463,5	167,2	-296,4
<i>Excluindo incorporação dos Fundos de Pensões</i>	16,2	70,4	54,2
Instituto de Turismo de Portugal (ITP)	43,9	58,5	14,6
Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI)	151,2	165,4	14,3
Fundo de Estabilização Tributário (FET)	51,5	44,6	-6,9
Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)	161,9	97,2	-64,7

Fonte: Ministério das Finanças

RECEITA

- A variação homóloga acumulada da receita até agosto compara favoravelmente com julho (1,2% em agosto, face a -3,0% em julho) em resultado do recebimento da última tranche da transferência o OE para o SNS destinada à regularização de dívidas em atraso.
- A receita efetiva apresenta um acréscimo de 1,2 % face a igual período do ano anterior, sobretudo devido à variação positiva observada em:
 - Transferências correntes de outros subsectores das Administrações Públicas (+8,1%) sobretudo as provenientes do OE, em resultado do impacto no SNS do recebimento em agosto do montante de 750 milhões de euros relativo à 2ª e última *tranche* do reforço previsto no orçamento rectificativo (ascendendo a transferência a um total de 1500 milhões de euros).

⁶ Para o apuramento do saldo global comparável, exclui-se as operações relativas à regularização das dívidas de anos anteriores do SNS e a incorporação dos fundos de pensões da PT e BPN na CGA.

- Excluído o efeito da transferência extraordinária para o SNS, o valor da receita de transferências correntes provenientes das AP regista um decréscimo de 6,7%.
- Em sentido inverso, destaca-se o decréscimo registado em:
 - Outras transferências de capital (-82,6%), justificada pelo efeito de base em 2011 da incorporação do Fundo de Pensões da PT na CGA não tendo, à data, sido recebido o montante relativo a 2012⁷;
 - Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE (-12,1%) devido à redução registada nas quotas e contribuições para a CGA, refletindo o efeito da suspensão do pagamento de subsídios de férias⁸ e da transferência das responsabilidades dos encargos com pensões dos Hospitais para a Secretaria Geral do Ministério da Saúde.

DESPESA

- A variação homóloga acumulada até agosto apresenta uma aceleração face a julho (1,8% que compara com -3,8%) em resultado do maior ritmo de pagamentos efetuados em agosto pelo SNS respeitante às dívidas de anos anteriores.
- O aumento de 1,8% na despesa efetiva comparativamente com o período homólogo é justificada pelas seguintes variações:
 - Aquisição de Bens e Serviços (+17,9%), pelo SNS em resultado da continuação do plano de regularização extraordinária de dívidas aos fornecedores referentes a anos anteriores;
 - Outras Despesas Correntes (+481,9%), relativo às verbas transferidas pela ACSS para os estabelecimentos de saúde do Sector Público Administrativo, no âmbito da regularização das dívidas da saúde em atraso aos fornecedores, que não foram ainda aplicadas em pagamentos pelos estabelecimentos.
- Em sentido contrário, com impacto na variação negativa da despesa destacam-se os seguintes fatores:
 - Despesas com o pessoal (-15,4%), variação decorrente sobretudo da medida de contenção orçamental prevista na Lei do OE relativa à suspensão do subsídio de férias dos trabalhadores do sector público;
 - Transferências correntes para fora do perímetro das Administrações Públicas (-4,3%), explicado pela suspensão do pagamento do subsídio de férias ou equivalente aos aposentados por parte da CGA, IP, resultado atenuado pela antecipação dos pagamentos do PRODER por parte do IFAP no âmbito das medidas de combate à seca;
 - Transferências de capital para fora do perímetro das Administrações Públicas (-47,2%), essencialmente pelo efeito base de 2011 relacionado com a operação de cessão de créditos à

⁷ De acordo com o previsto na alínea b) iii) do n.º 2 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 140-B/2010, de 30 de dezembro, o recebimento do valor relativo a 2012 pela transferência do Fundo de Pensões da PT para a CGA ocorrerá até 20 de dezembro de 2012.

⁸ De acordo com o previsto no art.º 21.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro - Lei do OE 2012.

Subsetor Serviços e Fundos Autónomos

Caixa Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A. por parte da CGA⁹, pela redução de encargos com organizações internacionais suportados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.;

- Subsídios (-20,6%), explicada pelo efeito de base 2011 referente ao pagamento de ajudas aos agricultores no âmbito do FEAGA, bem como pela redução dos montantes da comparticipação no âmbito das medidas de emprego e formação profissional, resultado das alterações legislativas introduzidas.

ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS (EPR)

- O universo constituído pelas EPR apresenta até agosto um saldo global negativo em 516,5 milhões de euros¹⁰. O financiamento deste défice foi coberto por recurso ao endividamento (578,7 milhões de euros), sobretudo para pagamentos de encargos com:
 - Aquisição de bens de investimento, nomeadamente concessões rodoviárias pela Estradas de Portugal, S.A. e reabilitação de edifícios pela Parque Escolar. E.P.E.;
 - Juros e outros encargos financeiros essencialmente pelas empresas do sector dos transportes.

Saldo Global do Subsector dos SFA - EPR (janeiro a agosto)

Serviços	2012	
	julho	agosto
Milhões de euros		
Saldo Global - EPR	-504,8	-516,5
<i>dos quais:</i>		
Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE	-241,1	-266,6
Parque Escolar, EPE	-107,4	-132,3
Metro do Porto, SA	-128,8	-144,5
Metropolitano de Lisboa, SA	-90,3	-76,9

Fonte: Ministério das Finanças

- Face ao mês anterior, o saldo global das EPR apresenta uma degradação de 11,7 milhões de euros, menos acentuada face à verificada em julho (por memória -32,3 M€) justificado pela desaceleração, em agosto, de despesa com encargos financeiros e investimento, apesar de se verificar em agosto também uma diminuição da receita efetiva, embora em menor grau, decorrente do recebimento em julho das indemnizações compensatórias.

⁹ Por conta da compensação devida nesse ano pela PT - Comunicações, S. A., no âmbito do processo da transmissão das responsabilidades das pensões e abonos para a CGA.

¹⁰ Este valor não contempla a execução orçamental da Parups, S.A. e Parvalorem, S.A.

- Em termos mensais, a degradação de 11,7 milhões de euros do saldo global em agosto é sobretudo em resultado de:
 - O contínuo esforço de investimento realizado pela Parque Escolar, E.P.E. na construção e re-qualificação de edifícios escolares;
 - O pagamento de juros e outros encargos financeiros por parte da Metro do Porto, S.A..

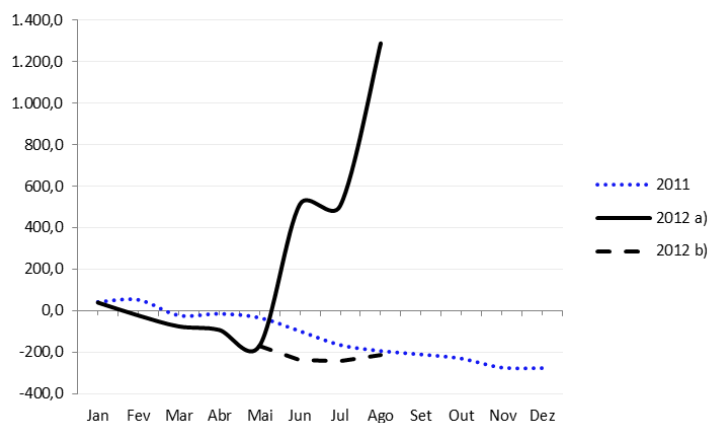
SÍNTESE

Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde (janeiro a agosto)			€ Milhões	
	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH
	Milhões de euros			(pp.)
Receita				
Transferência do Orçamento Estado	5.398,1	6.436,5	19,2	18,6
Prestação de serviços	63,1	96,1	52,3	0,6
Outros	129,1	141,9	9,9	0,2
Receita cobrada	5.590,3	6.674,5	19,4	
Despesa				
Despesas com o pessoal	636,2	550,1	-13,5	-1,5
Subcontratos	4.824,9	4.533,7	-6,0	-5,0
Outros	321,8	292,3	-9,2	-0,5
Despesa total	5.782,9	5.376,1	-7,0	
Saldo Global	-192,6	1.298,4		

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

- A informação provisória da execução financeira do Serviço Nacional de Saúde (SNS)¹¹ apresentou em agosto de 2012 um saldo de 1.298,4 milhões de euros, influenciado pelo recebimento da totalidade do reforço destinado à regularização de dívidas de anos anteriores (1.500 milhões de euros), prevista no Orçamento Retificativo.

Gráfico 4 - Saldo global do Serviço Nacional de Saúde – milhões de euros



Nota: a) Saldo global do SNS

b) Saldo global do SNS, expurgado o efeito do reforço previsto no Orçamento Retificativo (1.500 M€)

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

¹¹ Isto é, considerando não apenas a despesa efetivamente realizada, mas igualmente os compromissos assumidos, de acordo com o princípio do “accrual basis accounting” (princípio da especialização ou do acréscimo).

RECEITA

- A receita registou um aumento de 19,4% em 2012 relativamente ao ano anterior, em resultado do reforço extraordinário previsto no Orçamento Retificativo de 2012 (1.500 milhões de euros).
- Eliminado este efeito, a receita do SNS apresenta uma redução de 7,4% face ao período homólogo principalmente motivada pelo menor volume de transferências regulares do Orçamento do Estado, com um contributo de -8,3 p.p. para o decréscimo.

DESPESA

- A despesa efetiva registou um decréscimo de 7,0%, resultado essencialmente do desempenho das Administrações Regionais de Saúde (ARS), relativamente às despesas com:
 - Subcontratos (-6,0%) que registaram uma redução do valor dos contratos-programa com os hospitais e unidades de saúde EPE, no seguimento da aplicação das medidas previstas para o sector;
Para este comportamento destaca-se ainda a redução de despesa com medicamentos vendidos por farmácias de ambulatório (-9,0%), traduzindo as medidas adotadas para a redução de encargos com medicamentos.
 - Pessoal (-13,5%) sobretudo em resultado da medida de suspensão do subsídio de férias dos trabalhadores do sector público prevista na Lei do OE, bem como da redução de suplementos remuneratórios;
- Em sentido contrário, destaca-se o acréscimo registado em Outros Subcontratos (+11,3%) explicado por novos encargos com Parcerias Público-Privadas, nomeadamente os associados ao início de atividade do Hospital de Loures e os relativos ao Hospital de Vila Franca de Xira.

SÍNTESE

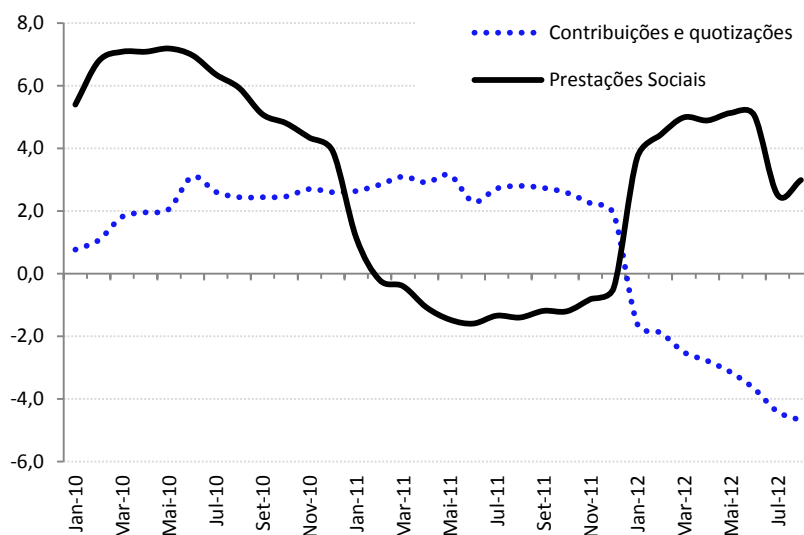
Execução orçamental da Segurança Social (janeiro a agosto)

	2011	2012	2011	2012	VH (%)	
	Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012
Receita corrente	15.792,4	15.907,6	65,8	66,0	14,5	0,7
Contribuições e quotizações	9.135,0	8.707,0	64,7	64,1	18,6	-4,7
IVA Social e do Plano de Emergência Social	476,8	481,2	66,7	50,7	17,1	0,9
Transferências correntes da Administração Central	4.580,9	4.918,2	66,0	68,5	-0,4	7,4
Transferências do Fundo Social Europeu	970,8	1.124,7	72,2	82,0	63,2	15,9
Outras receitas correntes	628,8	676,5	69,6	66,2	30,3	7,6
Receita de capital	2,8	3,5	6,7	13,3	-87,9	23,2
Receita efetiva	15.795,2	15.911,1	65,6	65,9	14,4	0,7
Despesa corrente	15.055,9	15.624,7	58,0	65,0	13,0	3,8
Prestações sociais <i>das quais</i>	13.403,1	13.803,1	63,9	65,7	11,4	3,0
Pensões	9.221,6	9.318,6	63,7	64,4	16,0	1,1
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	1.377,4	1.692,4	64,9	77,5	2,1	22,9
Pensão velhice do regime substitutivo Bancário	0,0	332,9	0,0	63,8	-	-
Ações de Formação Profissional	1.001,2	892,4	62,6	56,0	44,2	-10,9
Outras despesas correntes	651,6	596,4	63,0	64,6	8,1	-8,5
Despesas de capital	11,7	17,6	24,6	55,4	12,3	51,0
Despesa efetiva	15.067,5	15.642,3	63,7	65,0	13,0	3,8
Saldo global	727,7	268,8				

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

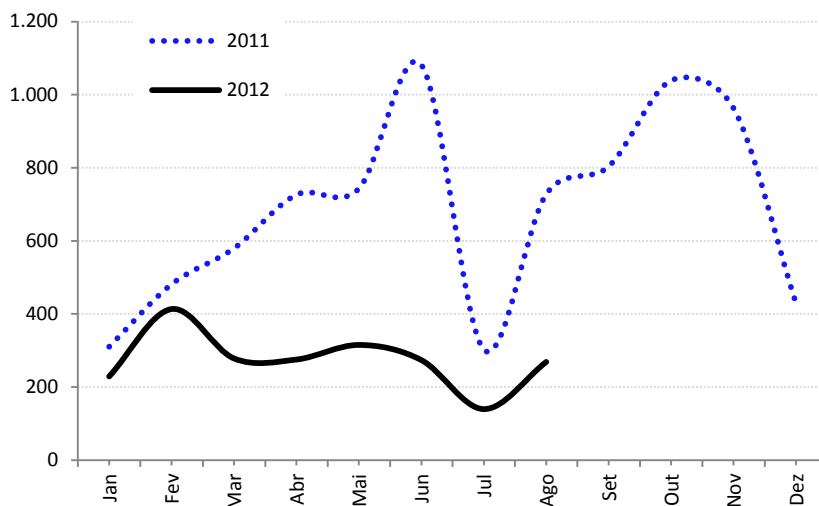
- O saldo global do subsector da Segurança Social regista um excedente de 268,8 milhões de euros, menos 458,9 milhões de euros do que em igual período do ano transato.

Gráfico 5 - Contribuições, quotizações e prestações sociais - VH (%)



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Gráfico 6 - Saldo global da Segurança Social – milhões de euros



Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

RECEITA

- A receita efetiva registou um aumento de 115,9 milhões de euros para o qual contribuíram os seguintes fatores:
 - O recebimento da transferência do OE para fazer face à despesa com o Regime Substitutivo Bancário no valor de 332,9 milhões de euros;
 - O aumento das transferências do Fundo Social Europeu no valor de 153,9 milhões de euros;
 - Em sentido contrário as maiores variações verificadas prendem-se com a redução da receita de contribuições e quotizações no valor de 428 milhões de euros e a redução das transferências provenientes do Orçamento de Estado para o cumprimento da Lei de Bases da Segurança Social no valor de 12 milhões de euros.

DESPESA

- A despesa efetiva observou um acréscimo de 574,8 milhões de euros para o qual contribuíram os seguintes fatores:
 - O aumento de despesa proveniente das obrigações com o pagamento das pensões relativas ao Regime Substitutivo Bancário no valor de 332,9 milhões de euros;
 - O acréscimo da despesa com as prestações sociais no valor de 400 milhões de euros;
 - Em sentido contrário destaca-se a diminuição das despesas com ações de formação profissional com suporte no FSE e Contrapartida Pública Nacional no valor de 108,5 milhões de euros e a diminuição das despesas de Administração no valor de 31,3 milhões de euros.

SÍNTESE

- A Administração Regional apresentou, até ao final de agosto, um défice de 81,9 milhões de euros, refletindo um agravamento de 85,5 milhões de euros face a igual período do ano anterior. Para este saldo continua a ser determinante o comportamento da Região Autónoma da Madeira, cujo saldo orçamental se situou nos -110 milhões de euros, decorrente dos pagamentos efetuados no âmbito da implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira, enquanto a Região Autónoma dos Açores registou um excedente de 28,1 milhões de euros.
- A receita e a despesa efetivas mantêm-se em níveis inferiores aos homólogos, embora a quebra da receita seja mais acentuada face à da despesa, -6,7% e -0,4% respetivamente. Embora em ambas as regiões a execução se situe em níveis inferiores ao padrão, esta tendência continua a ser mais marcada na Região Autónoma da Madeira.

Execução orçamental da Administração Regional (janeiro a agosto)

	2011	2012	2012	
	Milhões de euros		Var. Abs.	VH (%)
Receita Efetiva	1.349,3	1.258,4	-90,9	-6,7
dq. Receita Fiscal	707,0	643,9	-63,1	-8,9
Transferências do Orçamento de Estado	463,0	407,1	-55,9	-12,1
União Europeia	101,5	105,2	3,7	3,6
Despesa efetiva	1.345,6	1.340,2	-5,4	-0,4
dq. Despesa Primária	1.306,8	1.273,5	-33,3	-2,5
Despesa de Capital	209,7	151,8	-57,9	-27,6
Saldo global	3,7	-81,9	-85,5	
<i>Por memória :</i>				
Saldo Primário	42,5	-15,1	-57,7	
Saldo Corrente	5,3	-165,1	-170,4	
Saldo Capital	-1,6	83,3	84,9	
Necessidade de Financiamento				
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-5,5	425,6	431,1	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-5,8	-204,8	-198,9	
<i>dos quais Receitas de:</i>				
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0	
Outros Ativos	1,5	0,6	-0,8	
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	7,6	-139,0	-146,6	
Total do Financiamento*	-3,7	81,9	85,5	

Fonte : Ministério das Finanças com base nos dados da RAA - DROT e RAM - SRPF

* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

RECEITA

- A quebra de 6,7% da receita efetiva foi determinada pelo contributo negativo da receita corrente em -8,7 p.p. e que supera o contributo positivo de 2 p.p. da receita de capital:
- A receita corrente registou uma diminuição de 10,3%, influenciada pelo comportamento da receita fiscal e das transferências correntes do OE, com contributos de -5,5 p.p. e -6,3 p.p., respetivamente. A quebra da receita fiscal é mais acentuada na Região Autónoma dos Açores, em particular o IVA e o IRC, com uma variação homóloga global de -12,9%. No que se refere às transferências correntes, a quebra registada deve-se, essencialmente, à diminuição de 33,4% nas receitas recebidas pela Região Autónoma da Madeira. No entanto, embora ainda não tenha sido transferida a totalidade da verba trimestral orçamentada, do total de transferências do OE a efetuar no 3º trimestre foram já libertos mais 21,5 M€ que não tinham sido transferidos, o que permitiu melhorar o saldo global face ao mês anterior.
- A receita de capital registou um crescimento em ambas as Regiões Autónomas num total de 13%, que na Madeira teve como principal contributo as transferências de capital provenientes da Administração Central (Lei de Meios) e nos Açores, as provenientes de fundos europeus, influenciada pelo aumento da taxa de coparticipação comunitária nos projetos de investimento.

Gráfico 7 – Evolução do saldo global da Adm. Regional (M€)

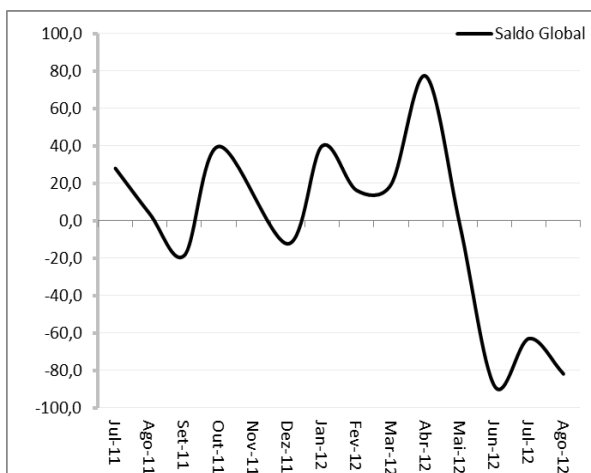
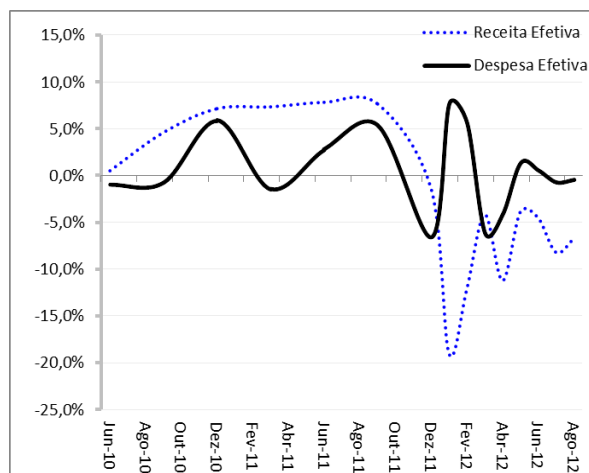


Gráfico 8 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

DESPESA

- A despesa efetiva recuou 0,4%, continuando a verificar-se comportamentos de sentido oposto de cada uma das Regiões Autónomas. Enquanto os Açores registaram uma quebra de 8,3%, a Madeira apresentou um crescimento de 6,8%, refletindo os pagamentos realizados no âmbito do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro à Região.
- A despesa corrente aumentou 4,6%, contribuindo positivamente para a variação da despesa efetiva (3,9 p.p.). As despesas com o pessoal continuaram a registar quebras em ambas as regiões, num total de 11,4%, em linha com os objetivos orçamentais. No entanto, a despesa com a aquisição de bens e serviços, transferências para fora das Administrações Públicas e encargos com juros continuam a onerar a execução (5,2 p.p., 2,7 p.p. e 2,5 p.p., respetivamente). Na Madeira este crescimento resulta, no primeiro caso, de encargos com as SCUT e pagamentos a farmácias e, no segundo caso, de transferências para o setor da saúde.
- A despesa de capital apresentou uma quebra em ambas as Regiões num total de 27,6%, contribuindo -4,3 p.p. para a evolução da despesa efetiva. A determinar esta evolução, está a redução, em ambas as Regiões, da despesa em aquisição de bens de capital, com um contributo de -25 p.p..

SÍNTESE

- Para um universo comparável de 236 municípios¹², a Administração Local registou até agosto de 2012 um saldo orçamental de 233,4 milhões de euros, refletindo uma acréscimo de 24,2 milhões de euros face ao registado até ao final do mês anterior. Esta evolução é explicada, essencialmente, pelo aumento no valor arrecadado de receita fiscal, em particular da derrama, como reflexo deste ser um dos períodos de cobrança deste imposto. Este crescimento mensal de 45,3 milhões de euros em agosto, permitiu atenuar a diminuição da receita de capital de 23,7 milhões de euros face ao mês anterior, o que resultou numa redução da receita efetiva inferior à da despesa efetiva.
- As necessidades de financiamento evidenciam uma diminuição dos passivos financeiros face ao registado até ao final de agosto de 2012, contribuindo positivamente para a evolução da dívida financeira da Administração Local.

Execução Orçamental da Administração Local (janeiro a agosto)				€ Milhões	
	2011	V. Acumulados		V. Mensais	
		jul-12	ago-12	Var. Abs.	Var. Cad. (%)
Receita Efetiva	5.721,6	3.112,2	3.521,9	409,7	-5,4
dq. Receita Fiscal	1.814,9	968,0	1.082,0	114,0	41,4
Transferências do Orçamento de Estado	1.845,8	1.026,3	1.175,8	149,6	0,5
União Europeia	539,3	275,0	314,9	39,9	-14,4
Despesa efetiva	5.577,1	2.903,0	3.288,5	385,5	-14,1
dq. Despesa Primária	5.467,0	2.841,7	3.217,6	376,0	-13,9
Despesa de Capital	1.612,7	790,9	901,6	110,7	-16,4
Saldo global	144,5	209,1	233,4	24,2	
<i>Por memória :</i>					
Saldo Primário	254,7	270,5	304,2	33,7	
Saldo Corrente	509	348	391	43	
Saldo Capital	-365	-139	-158	-18	
Necessidade de Financiamento					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-90,8	-107,6	-133,6	-26,0	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-12,2	-7,8	-7,9	-0,2	
<i>dos quais Receitas de:</i>					
Alienação de partes de Capital	0,3	0,0	0,0	0,0	
Outros Ativos	10,7	6,7	6,8	0,0	
Utilização de Saldo de Gerência Anterior	-41,4	-93,7	-91,8	1,9	
Total do Financiamento*	-144,5	-209,1	-233,4	-24,2	

Nota: Universo comparável (mesmos municípios ao longo dos períodos em análise): 236 Municípios.

* Corresponde ao simétrico do Saldo Global

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL.

¹² Tendo em conta os valores anuais de 2011, este universo de municípios representa cerca de 79% da receita e despesa efetivas no total dos 308 municípios.

RECEITA

- De acordo com a informação disponível, e para o universo comparável, nos primeiros 8 meses do ano a receita efetiva foi de 3.521,9 milhões de euros. Em termos mensais o valor foi de 409,7 milhões de euros, o que se traduz numa redução de 5,4% face ao registado no mês anterior. Esta evolução foi influenciada por uma redução da generalidade das componentes da receita efetiva, somente atenuada pelo acréscimo da receita fiscal ao nível da derrama, como reflexo de um dos momentos de pagamento deste imposto e das transferências correntes.

Gráfico 9 – Evolução do saldo global da Adm. Local (M€)

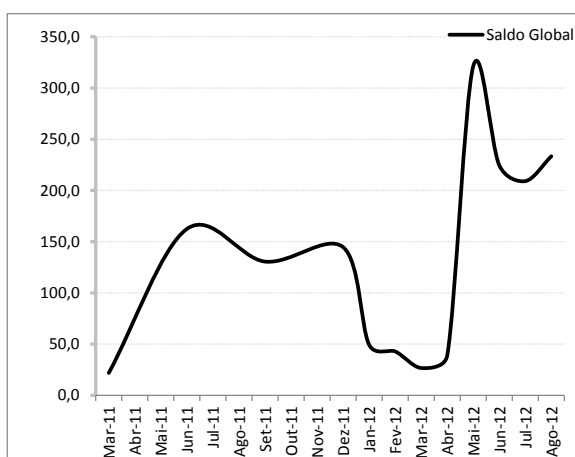
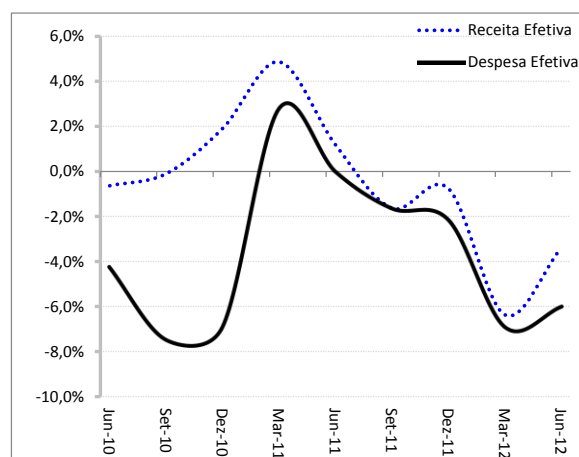


Gráfico 10 – Receita e despesa efetiva – VH (%)



Fonte: Ministério das Finanças

DESPESA

- A despesa efetiva foi de 3.288,5 milhões de euros, até agosto de 2012, sendo o montante registado neste último mês de 385,5 milhões de euros. Para o mesmo universo de municípios, este valor mensal reflete uma redução na ordem dos 14,1% face ao mês anterior, determinada pela redução das componentes mais relevantes da despesa efetiva (despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e aquisição de bens de capital). Esta evolução encontra-se em linha com o esperado para este 2.º semestre do ano, tendo em conta as restrições de despesa a que os municípios se encontram sujeitos legalmente.

2012
setembro

Síntese da Execução Orçamental

Informação Estatística

Índice

	Última actualização	Próxima actualização	Último valor disponível
Metas e execução do Saldo Global das Administrações Públicas por trimestre - 2012	23-julho-12	23-outubro-12	jan-junho 12
Execução Orçamental consolidada das Administrações Públicas	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-julho 12
Execução Orçamental consolidada da Administração Central e Segurança Social	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Execução Orçamental do Estado	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Receita do Estado	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Despesa do Estado - classificação económica	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Despesa do Estado - classificação funcional	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Despesa do Estado - classificação orgânica	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Programas Orçamentais	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Execução Orçamental da Segurança Social	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Administração Regional	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Administração Local	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Dívida não Financeira da Administração Pública	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12
Indicadores físicos do sistema de protecção social da Função Pública	24-setembro-12	23-outubro-12	jan-agosto 12

Glossário

Metas PAEF e execução 2012 - Administrações Públicas

Metas e execução do Saldo Global das Administrações Públicas por trimestre - 2012

Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)

€ Milhões

	I Trimestre		II Trimestre		Metas (valores acumulados)	
	Meta	Execução (1)	Meta	Execução (1)	III Trimestre	IV Trimestre
Saldo das Administrações Públicas (caixa)	-	-438	-	-1.554	-	-
Ajustamentos PAEF						
Garantias, empréstimos e dotações de capital		-12		-20		
Transferência adicional para o SNS		0		235		
Fundos de pensões de instituições de crédito		0		-2.784		
Saldo das Administrações Públicas (Critério de Desempenho)	-1.900	-450	-4.400	-4.124	-5.900	-7.600

(1) O saldo das Administrações Públicas inclui operações, que no âmbito do memorando técnico de entendimento do PAEF, devem afetar o saldo, apesar de terem sido registadas como despesa não efetiva.

Conta Consolidada das Administrações Públicas

Conta consolidada das Administrações Públicas (ótica da contabilidade pública) - janeiro a julho 2012

€ Milhões

	Estado	Serviços e Fundos Autónomos	Adm. Local e Regional	Segurança Social	Administrações Públicas
Receita corrente	19.939,5	14.072,3	3.914,2	13.871,5	36.692,9
Impostos directos	7.262,4	22,3	1.516,9	0,0	8.801,6
Impostos indirectos	10.515,6	620,6	443,6	419,3	11.999,1
Contribuições de Segurança Social	277,2	1.962,0	5,2	7.563,4	9.807,9
Outras receitas correntes	1.884,4	11.467,3	1.948,4	5.888,9	6.084,3
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	431,8	9.237,3	1.104,9	4.330,6	
Receita de capital	3.221,9	1.029,7	1.275,8	2,9	4.173,8
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	42,7	500,0	812,3	1,4	
Receita efectiva	23.161,4	15.101,9	5.190,0	13.874,5	40.866,7
Despesa Corrente	25.625,8	13.196,6	3.823,1	13.702,3	41.243,1
Consumo Público	5.971,0	7.115,6	3.067,4	198,6	16.352,5
Despesas com o Pessoal	4.922,4	1.755,7	1.682,4	146,7	8.507,2
Aquisição de Bens Serv. E Outras Desp. Corr.	1.048,6	5.359,9	1.384,9	51,8	7.845,3
Subsídios	117,0	188,9	106,8	409,3	822,1
Juros e Outros Encargos	3.939,3	394,4	130,2	1,7	4.465,5
Transferências correntes	15.598,5	5.497,7	518,7	13.092,8	19.603,0
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	14.051,1	403,0	-35,5	686,0	
Despesa de capital	1.515,7	1.356,8	1.164,1	32,5	2.712,7
Investimentos	120,8	1.036,5	980,4	12,9	2.150,6
Transferências de capital	1.388,6	312,9	163,9	19,6	528,6
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.323,2	42,8	-9,1	-0,5	
Outras despesas de capital	6,3	7,4	19,7	0,0	33,5
Despesa efectiva	27.141,5	14.553,4	4.987,2	13.734,8	43.955,7
Saldo global	-3.980,0	548,5	202,9	139,6	-3.089,0
Saldo corrente	-5.686,2	875,6	91,2	169,2	-4.550,2
Despesa corrente primária	21.686,5	12.802,2	3.692,9	13.700,6	36.777,6
Saldo corrente primário	-1.747,0	1.270,0	221,3	170,9	-84,7
Saldo de capital	1.706,2	-327,1	111,7	-29,6	1.461,2
Despesa primária	23.202,2	14.159,0	4.857,0	13.733,2	39.490,2
Saldo primário	-40,8	942,9	333,0	141,3	1.376,5

Fonte: Ministério das Finanças

Conta Consolidada da Administração Central e Segurança Social

Conta consolidada da Administração Central e da Segurança Social - Comparação 2012 e 2011

€ Milhões

	Objetivo Orçamento Retificativo		Universo comparável	Universos comparáveis (sem EPR)						Execução Universo real (com EPR)			
	2012		jan - ago 2011	agosto 2012			jan - ago 2012			agosto 2012		jan - agosto 2012	
	Universos comparáveis (sem EPR)	Universo real (com EPR)	Execução Acumulada	Execução mensal	Variação homóloga (%)	Grau de Execução mensal (%)	Execução Acumulada	Variação homóloga acumulada (%)	Grau de Execução acumulado (%)	Execução mensal	Grau de Execução mensal (%)	Execução Acumulada	Grau de Execução acumulado (%)
Receita corrente	61.868,5	64.157,5	38.694,1	5.210,0	1,1	8,4	38.066,7	-1,6	61,5	5.294,5	8,3	39.312,3	61,3
Impostos directos	14.468,7	14.468,7	8.227,1	1.116,0	34,8	7,7	8.400,7	2,1	58,1	1.116,0	7,7	8.400,7	58,1
Impostos indirectos	21.992,7	22.712,7	13.790,6	1.943,9	-7,4	8,8	13.106,0	-5,0	59,6	2.000,9	8,8	13.556,4	59,7
Contribuições de Segurança Social	17.591,8	17.591,8	11.957,2	1.433,4	-8,8	8,1	11.236,0	-6,0	63,9	1.433,4	8,1	11.236,0	63,9
Outras receitas correntes	7.815,3	9.384,2	4.719,2	716,8	9,2	9,2	5.324,1	12,8	68,1	744,3	7,9	6.119,3	65,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	84,8	83,2	41,1	5,9	35,0	7,0	43,3	5,4	51,1	5,9	7,1	41,6	50,0
Receita de capital	4.902,0	5.212,2	1.285,5	93,2	2,1	1,9	3.775,6	193,7	77,0	167,5	3,2	3.887,5	74,6
Venda de bens de investimento	135,8	168,3	26,2	2,0	642,9	1,5	3,8	-85,5	2,8	2,7	1,6	7,6	4,5
Transferências de Capital	4.302,4	4.532,4	1.017,2	86,7	15,6	2,0	3.322,1	226,6	77,2	160,6	3,5	3.429,3	75,7
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	37,2	20,6	6,8	0,6	-47,3	1,5	6,3	-7,7	16,8	0,6	2,7	6,3	30,5
Outras receitas de capital	463,8	511,6	242,1	4,4	-72,4	1,0	449,7	85,7	96,9	4,2	0,8	450,6	88,1
Receita efetiva	66.770,5	69.369,7	39.979,6	5.303,2	1,1	7,9	41.842,3	4,7	62,7	5.462,0	7,9	43.199,8	62,3
Despesa corrente	68.245,4	70.664,4	42.488,6	5.784,3	18,3	8,5	43.295,0	1,9	63,4	5.852,9	8,3	44.512,0	63,0
Consumo público	24.229,6	25.971,6	15.331,2	2.597,5	35,4	10,7	15.024,1	-2,0	62,0	2.698,7	10,4	16.075,4	61,9
Despesas com o pessoal	11.705,4	12.391,4	8.640,0	867,4	-11,8	7,4	7.298,5	-15,5	62,4	924,4	7,5	7.749,2	62,5
Aquisição de bens e serviços e outras desp. correntes	12.524,2	13.580,2	6.691,2	1.730,2	85,0	13,8	7.725,6	15,5	61,7	1.774,3	13,1	8.326,2	61,3
Subsídios	1.538,9	1.568,8	914,6	95,9	4,1	6,2	795,5	-13,0	51,7	97,8	6,2	812,9	51,8
Juros e outros encargos	7.356,2	8.484,9	3.591,7	307,3	42,6	4,2	4.268,0	18,8	58,0	361,0	4,3	4.696,3	55,3
Transferências correntes	35.120,7	34.639,1	22.651,2	2.783,6	4,5	7,9	23.207,4	2,5	66,1	2.695,4	7,8	22.927,3	66,2
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	2.466,7	1.961,7	1.339,9	240,1	64,0	9,7	1.594,5	19,0	64,6	150,9	7,7	1.300,0	66,3
Despesa de capital	3.740,3	5.114,4	2.668,4	232,8	-10,1	6,2	2.048,1	-23,2	54,8	334,7	6,5	2.705,2	52,9
Investimento	973,0	2.762,4	369,5	90,9	26,4	9,3	348,8	-5,6	35,9	194,2	7,0	1.364,4	49,4
Transferências de capital	2.738,2	2.322,8	2.266,7	142,8	-23,1	5,2	1.686,3	-25,6	61,6	142,4	6,1	1.324,1	57,0
(das quais: transferências de outros subsectores das AP)	1.777,3	1.362,0	998,0	86,5	-0,5	4,9	1.275,1	27,8	71,7	86,2	6,3	912,4	67,0
Outras despesas de capital	29,1	29,1	32,3	-0,9	-155,9	-2,9	13,0	-59,9	44,5	-1,9	-6,5	16,7	57,5
Despesa efetiva	71.985,7	75.778,7	45.157,0	6.017,2	16,8	8,4	45.343,1	0,4	63,0	6.187,7	8,2	47.217,2	62,3
Saldo global	-5.215,2	-6.409,0	-5.177,4	-713,9			-3.500,8			-725,6		-4.017,4	
Ajustamentos PAEF													
Garantias, empréstimos e dotações de capital	-99,0	-99,0	0,0	-24,9			-45,4			-24,9		-45,4	
Transferência adicional para o SNS - pagam. de dívidas	1.500,0	1.500,0	0,0	879,7			1.353,6			879,7		1.353,6	
Fundos de pensões	-2.789,8	-2.789,8		0,0			-2.783,9			0,0		-2.783,9	
Saldo global (Critério de Desempenho PAEF)	-6.604,0	-7.797,8	-5.177,4	140,8			-4.976,5			129,1		-5.493,0	
<i>Por memória:</i>													
Saldo corrente	-6.376,9	-6.506,9	-3.794,5	-574,3			-5.228,3			-558,4		-5.199,6	
Despesa corrente primária	60.889,3	62.179,5	38.896,9	5.477,0	17,2	9,0	39.027,0	0,3	64,1	5.491,9	8,8	39.815,6	64,0
Saldo corrente primário	979,3	1.978,0	-202,8	-267,0			-960,3			-197,4		-503,3	
Saldo de capital	1.161,7	97,9	-1.382,9	-139,7			1.727,4			-167,2		1.182,3	
Despesa primária	64.629,5	67.293,9	41.565,4	5.709,9	15,7	8,8	41.075,1	-1,2	63,6	5.826,6	8,7	42.520,8	63,2
Saldo primário	2.141,0	2.075,9	-1.585,7	-406,6			767,1			-364,6		679,0	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	24.452,8	24.153,4	3.356,8	-114,6			8.427,2			-114,6		8.411,6	
<i>dos quais Receitas de:</i>													
Alienação de partes de Capital	1.600,0	1.600,1	0,0	0,0			160,0			0,0		160,0	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	30.763,8	31.710,6	8.981,8	-635,2			17.659,5			-635,2		18.279,5	

Fonte: Ministério das Finanças

Notas:

A execução de 2011 não inclui as Entidades Públicas Reclassificadas (EPR), uma vez que estas entidades apenas foram integradas em 2012 na Administração Central, no subsector dos serviços e fundos autónomos.

Em 2012, apresenta-se a informação real e a comparável com 2011 excluindo para esse efeito as EPR.

O grau de execução está calculado tendo por referência o objetivo do orçamento retificativo.

Os valores negativos resultam de operações de consolidação.

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Os valores de execução orçamental correspondem aos divulgados no respetivo período (publicação mensal), podendo, em alguns casos, terem ocorrido ajustamentos à posteriori em sede de apuramento definitivo.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo do Estado (valores acumulados)				€ Milhões		
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	2.788,5	3.416,8	-628,3	-13,7%	-5,1%
	fevereiro	6.024,3	6.931,3	-907,0	-8,9%	3,7%
	março	7.958,9	10.314,7	-2.355,8	-11,1%	4,9%
	abril	9.657,3	14.509,5	-4.852,2	-16,6%	4,4%
	maio	13.960,0	18.290,7	-4.330,7	-17,8%	4,2%
	junho	16.105,0	23.410,8	-7.305,8	-20,7%	5,4%
	julho	19.114,6	27.685,0	-8.570,4	-18,8%	3,7%
	agosto	22.350,5	31.063,1	-8.712,6	-15,4%	4,1%
	setembro	26.045,7	35.133,4	-9.087,7	-12,8%	5,0%
	outubro	28.072,3	39.746,3	-11.674,0	-14,1%	5,8%
	novembro	30.963,7	44.035,1	-13.071,4	-13,9%	4,6%
	dezembro	34.708,2	48.765,5	-14.057,3	-15,0%	6,0%
2010	janeiro	2.720,0	3.882,4	-1.162,4	-4,4%	13,6%
	fevereiro	5.831,0	7.073,2	-1.242,2	-3,5%	2,0%
	março	7.897,9	10.271,0	-2.373,1	-0,4%	-0,4%
	abril	9.668,4	14.230,3	-4.561,9	0,2%	-1,9%
	maio	14.112,0	18.536,3	-4.424,3	1,3%	1,3%
	junho	16.665,9	24.428,9	-7.763,0	3,5%	4,3%
	julho	19.820,9	28.723,6	-8.902,7	3,6%	3,8%
	agosto	22.723,9	31.913,6	-9.189,7	1,8%	2,7%
	setembro	26.519,7	35.837,4	-9.317,7	1,9%	2,0%
	outubro	28.971,4	40.856,4	-11.885,1	3,2%	2,8%
	novembro	32.242,0	45.181,2	-12.939,2	4,0%	2,6%
	dezembro	36.287,1	50.565,4	-14.278,3	4,5%	3,7%
2011	janeiro	3.128,4	3.915,4	-787,0	14,4%	0,9%
	fevereiro	6.442,0	6.815,6	-373,6	10,0%	-3,6%
	março	8.877,3	9.896,4	-1.019,1	15,0%	-3,6%
	abril	11.265,8	13.804,9	-2.539,1	17,4%	-3,0%
	maio	15.089,6	17.195,5	-2.105,9	6,9%	-7,2%
	junho	17.445,7	23.597,2	-6.151,5	4,8%	-3,4%
	julho	20.662,2	27.349,0	-6.686,8	4,4%	-4,8%
	agosto	23.787,6	30.989,9	-7.202,3	4,8%	-2,9%
	setembro	27.896,7	34.458,2	-6.561,5	5,1%	-3,8%
	outubro	30.484,2	39.384,4	-8.900,2	5,2%	-3,6%
	novembro	34.141,3	44.043,1	-9.901,8	5,9%	-2,5%
	dezembro	41.537,2	48.731,7	-7.194,5	14,5%	-3,6%
2012	janeiro	2.980,6	3.416,6	-436,0	-6,1%	-12,7%
	fevereiro	6.258,9	7.057,5	-798,6	-4,3%	3,5%
	março	8.610,0	10.247,0	-1.637,0	-4,4%	3,5%
	abril	11.103,3	14.162,1	-3.058,8	-2,2%	2,6%
	maio	14.822,6	17.538,5	-2.715,9	-2,3%	2,0%
	junho	19.865,4	23.087,2	-3.221,8	13,2%	-2,2%
	julho	23.165,2	27.145,1	-3.979,9	11,4%	-0,7%
	agosto	26.430,5	31.325,8	-4.895,3	10,6%	1,1%

Nota: Os valores da receita do Estado correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo dos Serviços e Fundos Autónomos (valores acumulados)					€ Milhões	
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	janeiro	1.835,4	1.407,3	428,2	8,7%	9,3%
	fevereiro	3.813,0	3.096,4	716,6	8,1%	7,7%
	março	5.677,9	4.866,3	811,6	5,2%	3,9%
	abril	7.513,0	6.710,6	802,4	2,1%	4,3%
	maio	9.432,2	8.522,3	909,8	1,6%	4,5%
	junho	11.600,6	10.876,0	724,6	5,9%	5,3%
	julho	14.081,9	13.120,9	961,0	5,4%	3,6%
	agosto	15.849,2	15.027,5	821,7	5,4%	4,9%
	setembro	17.719,1	16.910,5	808,6	5,8%	5,3%
	outubro	19.937,4	19.038,4	899,0	6,3%	5,5%
	novembro	22.221,2	21.736,6	484,6	5,1%	5,6%
	dezembro	25.645,0	25.017,0	628,0	5,8%	4,9%
2010	janeiro	1.844,5	1.377,9	466,6	0,5%	-2,1%
	fevereiro	3.594,8	2.992,4	602,3	-5,7%	-3,0%
	março	5.381,0	4.645,9	735,1	-5,2%	-4,3%
	abril	7.107,3	6.297,7	809,6	-5,4%	-6,2%
	maio	8.956,3	7.920,8	1.035,5	-5,1%	-7,1%
	junho	11.011,7	10.169,0	842,8	-5,1%	-6,5%
	julho	13.871,4	12.608,5	1.262,9	-2,3%	-4,7%
	agosto	15.618,2	14.468,6	1.149,6	-2,4%	-4,7%
	setembro	17.486,6	16.469,7	1.016,9	-2,3%	-3,6%
	outubro	19.268,2	18.333,4	934,8	-3,4%	-3,7%
	novembro	21.717,4	21.250,7	466,7	-2,3%	-2,2%
	dezembro	26.526,2	24.431,5	2.094,7	3,4%	-2,3%
2011	janeiro	1.972,0	1.466,7	505,3	6,9%	6,4%
	fevereiro	3.835,6	3.102,8	732,8	6,7%	3,7%
	março	5.699,7	4.828,7	871,0	5,9%	3,9%
	abril	7.495,9	6.505,0	991,0	5,5%	3,3%
	maio	9.525,5	8.447,5	1.078,0	6,4%	6,6%
	junho	11.567,7	10.461,2	1.106,4	5,0%	2,9%
	julho	13.788,5	12.804,1	984,3	-0,6%	1,6%
	agosto	15.859,1	14.665,2	1.193,9	1,5%	1,4%
	setembro	17.587,2	16.429,7	1.157,5	0,6%	-0,2%
	outubro	19.633,8	18.321,2	1.312,7	1,9%	-0,1%
	novembro	21.972,9	20.931,8	1.041,2	1,2%	-1,5%
	dezembro	24.429,8	23.527,3	902,5	-7,9%	-3,7%
2012	janeiro	1.803,2	1.406,1	397,1	-8,9%	-4,6%
	fevereiro	3.849,4	3.014,4	835,0	0,4%	-2,5%
	março	5.621,9	4.677,6	944,2	-1,4%	-3,1%
	abril	7.383,6	6.340,6	1.043,0	-1,9%	-3,0%
	maio	9.272,3	8.109,3	1.163,1	-2,7%	-4,0%
	junho	11.647,6	9.936,9	1.710,7	0,5%	-5,1%
	julho	13.392,0	12.338,7	1.053,4	-3,0%	-3,8%
	agosto	16.057,9	14.932,2	1.125,7	1,2%	1,8%

Notas: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Os valores de 2012 não incluem a execução orçamental das EPR

Os valores constantes do presente quadro apenas excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo das Entidades Públicas Reclassificadas (valores acumulados) € Milhões

	Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
				Receita	Despesa
2012					
janeiro	363,7	226,4	137,3	-	-
fevereiro	729,9	640,7	89,2	-	-
março	888,7	956,9	-68,1	-	-
abril	1.049,9	1.209,1	-159,2	-	-
maio	1.254,6	1.715,0	-460,5	-	-
junho	1.433,9	1.906,4	-472,5	-	-
julho	1.763,3	2.268,1	-504,8	-	-
agosto	2.009,5	2.526,1	-516,5	-	-

Notas: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Fonte: Ministério das Finanças

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Segurança Social (valores acumulados) € Milhões

	Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
				Receita	Despesa
2009					
janeiro	1.926,4	1.541,6	384,8	-3,5%	8,1%
fevereiro	3.710,7	3.105,0	605,7	1,8%	5,3%
março	5.389,3	4.684,9	704,5	1,8%	6,7%
abril	7.235,4	6.351,0	884,4	0,5%	8,6%
maio	9.122,5	8.018,3	1.104,2	2,8%	9,7%
junho	10.933,3	9.754,6	1.178,7	2,7%	10,6%
julho	12.876,9	12.410,4	466,5	2,8%	10,1%
agosto	14.762,8	14.134,7	628,1	2,9%	10,3%
setembro	16.879,9	15.878,0	1.001,9	5,3%	10,9%
outubro	18.666,8	17.667,8	999,0	4,7%	11,0%
novembro	20.569,0	19.471,9	1.097,1	5,5%	10,8%
dezembro	22.849,1	22.269,7	579,4	5,5%	11,1%
2010					
janeiro	1.981,8	1.617,6	364,2	2,8%	4,8%
fevereiro	3.720,4	3.310,9	409,5	0,4%	6,6%
março	5.570,6	5.068,0	502,6	3,4%	8,2%
abril	7.451,1	6.975,0	476,1	3,0%	9,7%
maio	9.503,6	8.783,6	720,0	4,2%	9,5%
junho	11.484,1	10.535,9	948,2	5,0%	8,0%
julho	13.808,6	13.334,5	474,1	7,2%	7,4%
agosto	15.765,1	15.104,6	660,5	6,8%	6,9%
setembro	17.725,4	16.838,5	886,9	5,0%	6,0%
outubro	19.600,1	18.601,2	998,9	5,0%	5,3%
novembro	21.586,4	20.382,3	1.204,1	4,9%	4,7%
dezembro	23.836,2	23.185,3	651,0	4,3%	4,1%
2011					
janeiro	1.994,8	1.684,3	310,5	0,7%	4,1%
fevereiro	3.852,9	3.371,5	481,4	3,5%	1,8%
março	5.746,6	5.167,0	579,7	3,1%	1,9%
abril	7.632,5	6.906,1	726,4	2,4%	-1,0%
maio	9.505,6	8.762,4	743,2	0,0%	-0,3%
junho	11.648,7	10.567,6	1.081,1	1,4%	0,3%
julho	13.634,4	13.333,7	300,7	-1,3%	0,0%
agosto	15.810,3	15.076,2	734,1	0,3%	-0,2%
setembro	17.635,3	16.831,6	803,7	-0,5%	0,0%
outubro	19.602,8	18.563,9	1.038,9	0,0%	-0,2%
novembro	21.327,9	20.364,8	963,1	-1,2%	-0,1%
dezembro	23.537,6	23.108,3	429,3	0,0	0,0
2012					
janeiro	2.016,9	1.788,0	228,9	1,2%	6,2%
fevereiro	4.056,7	3.643,3	413,4	5,3%	8,1%
março	5.806,4	5.528,2	278,2	1,1%	7,1%
abril	7.697,4	7.422,1	275,3	0,9%	7,5%
maio	9.598,7	9.283,4	315,3	1,0%	6,0%
junho	11.429,8	11.156,0	273,8	-1,8%	5,6%
julho	13.874,5	13.734,8	139,6	1,8%	3,1%
agosto	15.911,1	15.642,3	268,8	0,7%	3,8%

Nota: Os valores da receita e da despesa correspondem aos divulgados no respetivo período tendo, em alguns casos, sido objeto de ajustamento posterior à sua divulgação.

Os valores constantes do presente quadro apenas excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

Evolução da Execução Orçamental - Administrações Públicas

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Local (valores acumulados)				€ Milhões		
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2009	I TR	1.158,5	1.138,0	20,5	6,1%	9,8%
	II TR	2.758,7	2.726,8	31,8	8,8%	10,5%
	III TR	4.098,7	4.281,5	-182,8	7,7%	14,5%
	IV TR	5.656,5	6.122,1	-465,5	4,2%	8,0%
2010	I TR	1.106,4	1.107,5	-1,1	-4,5%	-2,7%
	II TR	2.741,1	2.611,3	129,7	-0,6%	-4,2%
	III TR	4.094,5	3.962,0	132,5	-0,1%	-7,5%
	IV TR	5.764,3	5.698,9	65,5	1,9%	-6,9%
2011	I TR	1.160,1	1.138,3	21,9	4,9%	2,8%
	II TR	2.773,5	2.611,0	162,5	1,2%	0,0%
	III TR	4.027,4	3.896,8	130,6	-1,6%	-1,6%
	IV TR	5.720,5	5.575,8	144,7	-0,8%	-2,2%
2012	janeiro	366,5	317,1	49,5	-	-
	fevereiro	714,3	671,4	42,9	-	-
	março	1.086,3	1.059,6	26,7	-6,4%	-6,9%
	abril	1.468,2	1.429,4	38,8	-	-
	maio	2.297,4	1.976,1	321,3	-	-
	junho	2.679,2	2.454,5	224,7	-3,4%	-6,0%
	julho	3.112,2	2.903,0	209,1	-	-
	agosto	3.521,9	3.288,5	233,4	-	-

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL (2011 e 2010), DOMUS - DGO (2008 e 2009); Universo comparável: 236 municípios.

Evolução da Receita, Despesa e Saldo da Administração Regional (valores acumulados)				€ Milhões		
		Receita efetiva	Despesa efetiva	Saldo global	VH (%)	
					Receita	Despesa
2008	I TR	404,4	375,2	29,1	-4,9%	0,4%
	II TR	937,0	919,1	17,9	-5,6%	1,9%
	III TR	1.417,7	1.636,5	-218,8	-1,8%	18,4%
	IV TR	2.115,8	2.287,2	-171,4	-2,2%	5,5%
2009	I TR	397,5	386,9	10,6	-1,7%	3,1%
	II TR	865,5	960,6	-95,2	-7,6%	4,5%
	III TR	1.342,5	1.461,1	-118,6	-5,3%	-10,7%
	IV TR	2.001,8	2.148,8	-147,0	-5,4%	-6,1%
2010	I TR	406,3	430,7	-24,4	2,2%	11,3%
	II TR	869,9	951,0	-81,2	0,5%	-1,0%
	III TR	1.404,4	1.451,0	-46,7	4,6%	-0,7%
	IV TR	2.144,8	2.276,2	-131,4	7,1%	5,9%
2011	janeiro	210,8	121,2	89,6	-	-
	fevereiro	322,9	253,2	69,7	-	-
	março	436,2	424,5	11,6	7,3%	-1,4%
	abril	703,6	570,5	133,1	-	-
	maio	819,0	779,3	39,7	-	-
	junho	937,9	977,8	-39,9	7,8%	2,8%
	julho	1.202,9	1.174,8	28,1	-	-
	agosto	1.349,3	1.345,6	3,7	-	-
	setembro	1.511,7	1.530,2	-18,5	7,6%	5,5%
	outubro	1.727,9	1.688,1	39,8	-	-
	novembro	1.887,3	1.893,7	-6,5	-	-
	dezembro	2.114,3	2.126,6	-12,3	-1,4%	-6,6%
2012	janeiro	170,6	130,6	40,1	-19,0%	7,8%
	fevereiro	283,8	267,6	16,2	-12,1%	5,7%
	março	418,0	398,7	19,3	-4,2%	-6,1%
	abril	624,5	547,1	77,4	-11,2%	-4,1%
	maio	787,3	790,0	-2,7	-3,9%	1,4%
	junho	896,1	984,2	-88,1	-4,5%	0,6%
	julho	1.104,0	1.166,9	-62,9	-8,2%	-0,7%
	agosto	1.258,4	1.340,2	-81,9	-6,7%	-0,4%

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores.

Execução Orçamental do Estado

Execução Orçamental do Estado (janeiro a agosto)

€ Milhões

	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH
Receita corrente	23.610,6	23.195,5	-1,8	-1,7
Receitas fiscais	21.264,0	20.748,0	-2,4	-2,2
Impostos diretos	8.207,5	8.378,4	2,1	0,7
Impostos indiretos	13.056,5	12.369,6	-5,3	-2,9
Outras receitas correntes	2.346,6	2.447,5	4,3	0,4
Receita de capital	283,0	3.235,0	1.043,1	12,4
Receita efetiva	23.893,6	26.430,5	10,6	
Despesa corrente	28.883,9	29.622,6	2,6	2,4
Despesas com o pessoal	6.623,8	5.593,0	-15,6	-3,3
Aquisição de bens e serviços	962,4	886,8	-7,8	-0,2
Juros e outros encargos	3.584,5	4.238,7	18,3	2,1
Transferências correntes	17.232,0	18.464,6	7,2	4,0
Administrações Públicas	15.358,1	16.752,0	9,1	4,5
Outras	1.873,9	1.712,7	-8,6	-0,5
Subsídios	138,1	123,6	-10,5	0,0
Outras despesas correntes	343,1	315,9	-7,9	-0,1
Despesa de capital	2.105,9	1.703,2	-19,1	-1,3
Investimento	203,8	185,5	-9,0	-0,1
Transferências de capital	1.893,0	1.510,5	-20,2	-1,2
Administrações Públicas	1.237,7	1.432,8	15,8	0,6
Outras	655,3	77,8	-88,1	-1,9
Outras despesas de capital	9,2	7,1	-22,1	0,0
Despesa efetiva	30.989,9	31.325,8	1,1	
Saldo global	-7.096,3	-4.895,3		
<i>Por memória:</i>				
Saldo corrente	-5.273,3	-6.427,1		
Saldo de capital	-1.822,9	1.531,8		
Saldo primário	-3.511,8	-656,7		
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	2.299,7	7.986,0		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	8.971,6	17.650,1		

Fonte: Ministério das Finanças

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Receita do Estado

Receita do Estado (janeiro a agosto)

	Objetivo 2012 Orçamento Retificativo	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)	
		Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	2011	2012
Receita fiscal	35.135,5	21.264,0	20.748,0	61,8	59,1	5,5	-2,4	4,9	-2,2
Impostos Diretos	14.449,0	8.207,5	8.378,4	56,2	58,0	5,9	2,1	2,0	0,7
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	9.539,9	4.977,0	5.661,0	47,8	59,3	2,6	13,7	0,6	2,9
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Coletivas (IRC)	4.859,1	3.183,4	2.453,6	76,1	50,5	10,0	-22,9	1,3	-3,1
Outros	50,0	47,1	263,8	420,5	527,6	861,2	460,1	0,2	0,9
Impostos Indiretos	20.686,5	13.056,5	12.369,6	66,0	59,8	5,2	-5,3	2,8	-2,9
Imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	2.261,0	1.545,3	1.428,3	64,6	63,2	-3,3	-7,6	-0,2	-0,5
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14.503,0	8.925,3	8.727,1	67,2	60,2	11,1	-2,2	3,9	-0,8
Imposto sobre Veículos (ISV)	586,0	478,1	265,6	60,5	45,3	-17,5	-44,4	-0,4	-0,9
Imposto de consumo sobre o tabaco	1.482,6	828,8	739,4	61,4	49,9	-7,0	-10,8	-0,3	-0,4
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	211,0	114,8	110,3	59,2	52,3	-3,4	-3,9	0,0	0,0
Imposto do selo	1.397,0	1.015,9	937,2	66,8	67,1	-3,1	-7,7	-0,1	-0,3
Imposto Único de Circulação (IUC)	187,0	114,2	126,5	71,4	67,6	14,5	10,8	0,1	0,1
Outros	58,9	34,1	35,2	44,8	59,8	-17,8	3,2	0,0	0,0
Receita não fiscal	6.910,8	2.629,6	5.682,5	47,7	82,2	4,0	116,1	0,4	12,8
Correntes	3.570,2	2.346,6	2.447,5	55,2	68,6	11,9	4,3	1,1	0,4
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	529,7	302,3	313,9	51,7	59,3	100,1	3,8	0,7	0,0
Comparticipações para a ADSE	510,8	292,7	298,8	52,1	58,5	107,6	2,1	0,7	0,0
Outros	18,9	9,6	15,1	41,9	79,9	-5,0	57,3	0,0	0,0
Taxas, Multas e Outras Penalidades	674,0	435,6	490,0	61,4	72,7	19,9	12,5	0,3	0,2
Taxas	374,3	216,0	239,7	53,3	64,0	13,8	11,0	0,1	0,1
Juros de mora e compensatórios	84,5	84,9	75,2	77,9	89,0	15,0	-11,4	0,0	0,0
Multas do Código da Estrada	90,6	54,4	64,1	94,0	70,8	190,9	17,8	0,2	0,0
Outras multas e penalidades diversas	124,6	80,3	111,0	58,4	89,1	-1,0	38,2	0,0	0,1
Rendimentos da Propriedade	457,9	248,0	237,6	61,4	51,9	-45,8	-4,2	-0,9	0,0
Juros	403,1	10,6	159,6	26,1	39,6	152,4	1.405,7	0,0	0,6
Dividendos e participações nos lucros	52,4	235,8	77,2	65,2	147,3	-47,9	-67,3	-1,0	-0,7
Outros	2,4	1,6	0,8	80,0	33,3	100,0	-50,0	0,0	0,0
Transferências Correntes	956,9	659,3	581,0	40,8	60,7	13,1	-11,9	0,3	-0,3
Administrações públicas	838,0	621,6	534,2	42,3	63,7	26,3	-14,1	0,6	-0,4
Exterior	98,4	29,0	38,3	22,7	38,9	-65,1	32,1	-0,2	0,0
Outros	20,5	8,7	8,5	39,9	41,5	11,5	-2,3	0,0	0,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	407,2	280,7	302,7	70,4	74,3	7,9	7,8	0,1	0,1
Outras Receitas Correntes	304,2	253,5	370,5	88,9	121,8	183,9	46,2	0,7	0,5
Prémios e taxas por garantias de riscos	122,7	76,5	184,6	129,2	150,4	44,3	141,3	0,1	0,5
Outros	181,5	177,0	185,9	78,4	102,4	387,6	5,0	0,6	0,0
Recursos Próprios Comunitários	170,2	110,9	109,0	62,8	64,0	-4,8	-1,7	0,0	0,0
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	70,1	56,3	42,8	77,1	61,1	-26,1	-24,0	-0,1	-0,1
Capital	3.340,6	283,0	3.235,0	22,4	96,8	-34,5	1.043,1	-0,7	12,4
Venda de Bens de Investimento	96,5	11,3	-0,2	2,8	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	2.802,5	45,7	2.790,4	34,7	99,6	-16,6	6.005,9	0,0	11,5
Administrações públicas	17,3	22,1	47,6	125,6	275,1	22,1	115,4	0,0	0,1
Exterior	92,2	15,6	55,1	13,7	59,8	-53,2	253,2	-0,1	0,2
Outros	2.693,0	8,0	2.687,7	-	99,8	135,3	33.496,3	0,0	11,2
Outras Receitas de Capital	276,1	53,9	282,5	10,0	102,3	1.282,1	424,1	0,2	1,0
Saldo da Gerência Anterior	165,5	172,1	162,3	88,4	98,1	-55,0	-5,7	-0,9	0,0
Receita efetiva	42.046,3	23.893,6	26.430,5	59,9	62,9	5,3	10,6		
<i>Por memória:</i>									
Ativos Financeiros	1.625,0	20,6	407,7						
Alienação de partes sociais de empresas	1.600,0	0,0	160,0						
Outros ativos	25,0	20,6	247,7						
Passivos Financeiros	152.879,3	79.988,6	84.340,0						

Notas: Valores registados no Sistema Central de Receitas (SCR), sendo provisórios até ao encerramento das respectivas Contas Gerais do Estado.

As cobranças líquidas negativas, ou inferiores ao mês anterior, resultam de estornos ou de pagamentos de reembolso e/ou restituição.

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

CGA - Caixa Geral de Aposentações; ADSE - Direcção Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública.

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado - Classificação Económica

Despesa do Estado, por Classificação Económica (janeiro a agosto)

Por memória:

	Objetivo 2012 Orçamento Retificativo	Milhões de Euros			Grau de Execução (%)		VH (%)		Contrib. VH (pp)		Despesa de anos anteriores	
		2010	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Despesa corrente	45.643,7	30.053,5	28.883,9	29.622,6	61,9	64,9	-3,9	2,6	-3,7	2,4	137,0	110,6
Despesas com o pessoal	8.813,3	7.360,9	6.623,8	5.593,0	63,5	63,5	-10,0	-15,6	-2,3	-3,3	46,6	27,9
Remunerações Certas e Permanentes	6.831,2	5.469,9	5.114,8	4.316,8	64,7	63,2	-6,5	-15,6	-1,1	-2,6	8,0	4,6
Abonos Variáveis ou Eventuais	417,3	316,4	264,2	222,5	57,2	53,3	-16,5	-15,8	-0,2	-0,1	5,8	7,0
Segurança social	1.564,8	1.574,5	1.244,9	1.053,7	60,4	67,3	-20,9	-15,4	-1,0	-0,6	32,8	16,3
Aquisição de bens e serviços correntes	1.890,9	719,6	962,4	886,8	46,2	46,9	33,7	-7,8	0,8	-0,2	46,8	30,7
Juros e outros encargos	7.329,8	3.137,7	3.584,5	4.238,7	56,2	57,8	14,2	18,3	1,4	2,1		
Transferências correntes	26.498,0	18.309,3	17.232,0	18.464,6	65,1	69,7	-5,9	7,2	-3,4	4,0	42,9	51,4
Administrações Públicas	24.087,6	16.314,2	15.358,1	16.752,0	65,2	69,5	-5,9	9,1	-3,0	4,5	8,1	9,8
Administração Central	15.264,1	9.816,0	9.601,1	10.700,9	64,5	70,1	-2,2	11,5	-0,7	3,5		
Administração Regional	0,0	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-	-		
Administração Local	1.796,4	1.338,3	1.264,9	1.210,1	66,3	67,4	-5,5	-4,3	-0,2	-0,2	8,1	9,8
Segurança Social	7.027,2	5.159,9	4.492,0	4.841,0	66,4	68,9	-12,9	7,8	-2,1	1,1		
Outras transferências correntes	2.410,4	1.995,1	1.873,9	1.712,7	64,4	71,1	-6,1	-8,6	-0,4	-0,5	34,8	41,6
Subsídios	304,1	255,6	138,1	123,6	22,3	40,6	-46,0	-10,5	-0,4	0,0	0,0	0,0
Outras despesas correntes	807,6	270,3	343,1	315,9	48,2	39,1	26,9	-7,9	0,2	-0,1	0,7	0,5
Despesa corrente primária	38.313,9	26.915,7	25.299,4	25.383,9	62,8	66,3	-6,0	0,3	-5,1	0,3	137,0	110,6
Despesa de capital	2.678,0	1.860,1	2.105,9	1.703,2	60,5	63,6	13,2	-19,1	0,8	-1,3	7,4	18,7
Investimento	496,2	201,9	203,8	185,5	30,0	37,4	0,9	-9,0	0,0	-0,1	7,2	14,8
Transferências de capital	2.171,9	1.646,8	1.893,0	1.510,5	68,0	69,5	14,9	-20,2	0,8	-1,2	0,1	3,9
Administrações Públicas	1.978,9	1.519,8	1.237,7	1.432,8	68,0	72,4	-18,6	15,8	-0,9	0,6	0,0	3,6
Administração Central	665,9	525,3	266,2	527,6	60,2	79,2	-49,3	98,2	-0,8	0,8		
Administração Regional	565,8	433,7	461,3	423,9	76,9	74,9	6,4	-8,1	0,1	-0,1		
Administração Local	741,8	558,8	509,1	479,3	65,9	64,6	-8,9	-5,8	-0,2	-0,1	0,0	3,6
Segurança Social	5,5	2,0	1,1	1,9	17,2	34,6	-45,8	70,7	0,0	0,0		
Outras transferências de capital	193,0	127,0	655,3	77,8	68,1	40,3	416,1	-88,1	1,7	-1,9	0,1	0,3
Outras despesas de capital	9,8	11,4	9,2	7,1	52,2	72,5	-19,8	-22,1	0,0	0,0	0,0	
Despesa primária	40.991,8	28.775,9	27.405,4	27.087,2	62,6	66,1	-4,8	-1,2	-4,3	-1,0	144,4	129,3
Despesa efetiva	48.321,6	31.913,6	30.989,9	31.325,8	61,8	64,8	-2,9	1,1			144,4	129,3
<i>Por memória:</i>												
Ativos financeiros	24.164,8	1.057,3	2.320,3	8.233,7								
Passivos financeiros	122.250,0	81.137,4	71.017,0	66.689,9								
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública	1.600,0	25,6	0,0	760,0								

Nota: Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado - Classificação Funcional

Despesa do Estado, por classificação funcional (janeiro a agosto)

	2011	2012	2011	2012
	Milhões de Euros		Estrutura (%)	
Funções Gerais de Soberania	4.138,5	3.624,1	13,4	11,6
Serviços Gerais da Administração Pública	1.095,1	929,7	3,5	3,0
Defesa Nacional	1.091,2	942,4	3,5	3,0
Segurança e Ordem Públicas	1.952,2	1.752,0	6,3	5,6
Funções Sociais	18.946,7	19.736,2	61,1	63,0
Educação	5.138,1	4.431,0	16,6	14,1
Saúde	5.947,4	6.851,5	19,2	21,9
Segurança e Acção Sociais	7.548,3	7.869,5	24,4	25,1
Habituação e Serviços Colectivos	132,0	86,8	0,4	0,3
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	180,9	497,4	0,6	1,6
Funções Económicas	1.095,9	562,2	3,5	1,8
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	309,5	271,1	1,0	0,9
Indústria e Energia	0,0		0,0	
Transportes e Comunicações	669,5	201,6	2,2	0,6
Comércio e Turismo				
Outras Funções Económicas	116,8	89,5	0,4	0,3
Outras Funções	6.808,8	7.403,3	22,0	23,6
Operações da Dívida Pública	3.583,7	4.214,2	11,6	13,5
Transferências entre Administrações Públicas	3.225,1	3.189,0	10,4	10,2
Diversas não especificadas		0,2		0,0
Despesa Efetiva	30.989,9	31.325,8	100,0	100,0
<i>Por memória:</i>				
Ativos financeiros	2.320,3	8.233,7		
Funções Gerais de Soberania	2.320,3	6.408,8		
Funções Sociais		93,1		
Funções Económicas		1.731,8		
Passivos financeiros e transferências para o FRDP	71.017,0	67.449,9		
Outras Funções	71.017,0	67.449,9		

Nota: FRDP - Fundo de Regularização da Dívida Pública

Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação Económica (janeiro a agosto)

Milhões de Euros													
	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
Despesa corrente	1.055,8	120,0	9.516,9	196,8	912,9	1.069,5	694,2	79,6	263,4	6.481,1	4.423,8	4.808,5	29.622,6
Despesas com o pessoal	24,8	54,3	267,8	82,9	722,0	911,0	581,4	48,0	95,1	30,3	2.765,6	9,9	5.593,0
Remunerações Certas e Permanentes	20,6	45,0	195,3	49,6	449,0	627,4	453,3	38,9	78,2	25,2	2.326,2	8,2	4.316,8
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,8	0,7	31,5	25,6	52,5	43,5	48,6	1,6	2,1	1,0	14,5	0,2	222,5
Segurança social	3,4	8,5	41,0	7,7	220,6	240,1	79,5	7,4	14,8	4,2	425,0	1,5	1.053,7
Aquisição de bens e serviços correntes	1,6	14,0	353,4	20,6	180,2	108,6	102,8	12,5	18,4	18,9	54,2	1,5	886,8
Aquisição de bens	0,1	1,1	4,2	0,2	69,9	27,7	34,5	1,4	3,1	1,1	34,1	0,1	177,6
Aquisição de serviços	1,5	12,9	349,2	20,4	110,3	81,0	68,3	11,1	15,4	17,8	20,1	1,4	709,2
Juros e outros encargos	0,0	0,0	4.238,0	0,2	0,0	0,3	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	4.238,7
Transferências correntes	1.029,4	50,0	4.531,7	83,8	9,9	49,1	9,3	19,0	149,3	6.431,8	1.304,1	4.797,1	18.464,6
Administrações Públicas	1.029,2	34,9	3.210,9	22,2	4,3	47,3	7,5	18,2	143,9	6.429,3	1.008,6	4.795,7	16.752,0
Administração Central	62,5	34,8	3.202,0	22,2	4,3	46,1	7,5	18,2	143,1	6.429,3	730,5	0,3	10.700,9
Administração Regional													
Administração Local	966,7	0,0				1,1			0,8		241,4		1.210,1
Segurança Social			8,9		0,0						36,7	4.795,4	4.841,0
Outras transferências correntes	0,3	15,1	1.320,8	61,6	5,6	1,8	1,7	0,9	5,4	2,5	295,5	1,4	1.712,7
Subsídios	0,0	1,5	122,0		0,1								123,6
Outras despesas correntes	0,0	0,2	4,1	9,4	0,6	0,4	0,7	0,1	0,5	0,0	299,9	0,0	315,9
Despesa de capital	894,6	7,3	424,5	1,1	79,0	16,5	4,8	30,2	58,1	3,4	181,5	2,1	1.703,2
Investimento	0,0	3,2	3,9	1,1	78,9	15,2	4,8	0,6	23,7	0,1	53,8	0,2	185,5
Transferências de capital	894,6	4,2	420,6	0,0	0,1	1,2	0,0	29,6	34,4	3,3	120,6	1,9	1.510,5
Administrações Públicas	894,6	3,2	348,2	0,0	0,1	1,2	0,0	26,0	34,3	3,3	119,9	1,9	1.432,8
Administração Central	2,7	2,6	348,2	0,0	0,1	0,3	0,0	26,0	34,3	3,3	110,1		527,6
Administração Regional	423,9												423,9
Administração Local	468,0	0,5				0,9					9,9		479,3
Segurança Social												1,9	1,9
Outras transferências de capital		1,0	72,4				0,0	3,6	0,0		0,7		77,8
Outras despesas de capital											7,1		7,1
Despesa efetiva	1.950,5	127,3	9.941,5	198,0	991,9	1.085,9	699,0	109,9	321,5	6.484,5	4.605,4	4.810,6	31.325,8
<i>Por memória:</i>													
Ativos financeiros			8.233,7										8.233,7
Passivos financeiros			66.689,9										66.689,9
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública			760,0										760,0

Nota: Os valores constantes do presente quadro não excluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Despesa do Estado Classificação Orgânica

Despesa do Estado, por Ministério e Classificação
Económica (janeiro a agosto)

	VH (%)												
	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Finanças	Negócios Estrangeiros	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Economia e Emprego	Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	Saúde	Educação e Ciência	Solidariedade e Segurança Social	TOTAL
Despesa corrente	-7,1	-38,2	8,7	-9,5	-16,8	-11,4	-8,7	-23,5	-10,0	18,6	-14,2	6,9	2,6
Despesas com o pessoal	-11,5	-41,5	-19,4	-19,5	-17,0	-10,9	-10,0	-17,2	-15,7	-16,7	-16,4	-21,5	-15,6
Remunerações Certas e Permanentes	-11,8	-44,1	-12,3	-18,3	-16,7	-12,0	-13,0	-16,3	-15,7	-15,0	-16,2	-19,6	-15,6
Abonos Variáveis ou Eventuais	-20,0	-65,8	-15,0	-19,8	-24,9	-4,6	-2,3	-37,0	-26,2	-15,2	-27,2	-57,5	-15,8
Segurança social	-7,6	-15,1	-43,5	-25,9	-15,6	-8,9	5,2	-16,2	-13,7	-26,0	-17,3	-21,9	-15,4
Aquisição de bens e serviços correntes	-17,7	-42,9	-7,1	-10,5	-14,6	6,6	-4,9	-22,5	-19,6	-28,8	22,3	-7,9	-7,8
Aquisição de bens	-24,1	-69,6	-25,1	-64,1	-24,8	-5,8	7,5	-13,9	-23,1	-42,1	30,5	-20,9	-10,4
Aquisição de serviços	-17,0	-38,4	-6,8	-9,3	-6,5	11,6	-10,2	-23,5	-18,8	-27,7	10,4	-6,3	-7,2
Juros e outros encargos	0,5	-	18,3	-12,7	539,0	591,2	-	-47,9	-61,7	-96,5	-	-	18,3
Transferências correntes	-7,0	-33,1	4,9	2,8	-39,2	-32,5	76,9	-36,2	-4,5	19,0	-12,1	7,0	7,2
Administrações Públicas	-7,0	-23,1	5,2	-17,1	-21,8	-32,6	2.509,7	-32,5	-2,9	19,1	1,4	7,0	9,1
Administração Central	-18,4	-23,0	5,2	-17,1	-22,3	-22,1	2.509,7	-32,5	-2,4	19,1	-5,4	-19,0	11,5
Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Local	-6,2	-63,0	-	-	-	-89,7	-	-	-29,9	-	8,4	-	-4,3
Segurança Social	-	-	-17,6	-	482,0	-	-	-	-100,0	-	-	7,0	7,8
Outras transferências correntes	3,9	-48,6	4,4	12,5	-48,1	-28,3	-64,6	-70,0	-33,3	-41,9	-39,5	-28,7	-8,6
Subsídios	-60,0	-28,2	-10,3	-100,0	-	-	-	-	-	-	-100,0	-	-10,5
Outras despesas correntes	2,5	44,7	106,8	-4,2	61,3	-95,4	-8,5	-47,7	16,0	28,8	-6,2	-42,7	-7,9
Despesa de capital	-7,4	-30,2	-33,5	-37,7	-22,4	-8,5	-26,4	-52,0	-39,6	-59,2	-6,3	41,2	-19,1
Investimento	-66,4	-40,6	-69,6	-37,3	-21,7	-3,9	-26,3	-49,9	-7,6	-89,1	63,8	-46,0	-9,0
Transferências de capital	-7,4	-19,4	-32,7	-53,3	-93,6	-42,7	-58,5	-52,1	-51,3	-57,2	-20,5	70,7	-20,2
Administrações Públicas	-7,4	18,6	2.053.948,0	-53,3	-93,6	-42,1	-	-27,9	-51,1	-57,2	-20,2	70,7	15,8
Administração Central	-40,4	36,0	2.053.948,0	-53,3	-93,6	-23,1	-	-27,9	-50,9	-57,2	-23,9	-	98,2
Administração Regional	-8,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-8,1
Administração Local	-6,5	-27,4	-	-	-	-46,5	-	-	-100,0	-	71,2	-	-5,8
Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	70,7	70,7
Outras transferências de capital	-	-59,6	-88,4	-	-	-100,0	-58,5	-85,8	-94,4	-	-53,5	-	-88,1
Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-22,1	-	-22,1
Despesa efetiva	-7,3	-37,8	5,9	-9,8	-17,3	-11,3	-8,8	-34,2	-17,3	18,5	-13,9	6,9	1,1
<i>Por memória:</i>													
Ativos financeiros													
Passivos financeiros													
Transf. para o Fundo de Regularização da Dívida Pública													

Nota: Os valores constantes do presente quadro não
exluem transferências intra-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Programas Orçamentais -Administração Central

Execução dos Programas Orçamentais (janeiro a agosto) (1)

€ Milhões

Designação	2012		Grau de Execução (%)
	Dotação Corrigida	Executado	
Orgãos de Soberania	2.977,2	2.022,4	67,9
Governança e Cultura	789,5	418,2	53,0
Finanças e Administração Pública	17.137,8	11.147,5	65,0
Gestão da Dívida Pública	7.379,0	4.260,9	57,7
Representação Externa	367,6	225,4	61,3
Defesa	2.149,3	1.072,1	49,9
Segurança Interna	1.997,5	1.164,3	58,3
Justiça	1.677,6	981,0	58,5
Economia e Emprego	4.308,2	2.305,6	53,5
Agricultura, Mar e Ambiente	2.094,6	968,3	46,2
Saúde	19.085,4	13.237,4	69,4
Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar	6.168,3	4.152,9	67,3
Ciência e Ensino Superior	3.383,1	2.107,5	62,3
Solidariedade e Segurança Social	7.328,8	4.970,6	67,8
Despesa efetiva	76.843,9	49.033,9	63,8

Nota: (1) Valores não consolidados - não são excluídas transferências intra e inter-setoriais.

Fonte: Ministério das Finanças

Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

Execução Orçamental Consolidada dos Serviços e Fundos Autónomos (janeiro a agosto)

	2012		2011	2012			2011	2012			SFA	SFA
	Objetivo 2012 O.Rectificativo - SFA	Objetivo 2012 O.Rectificativo - SFA e EPR	SFA	SFA	EPR	TOTAL	SFA	SFA	EPR	TOTAL		
	Milhões de Euros						Grau de Execução (%)			VH %		
Receita corrente	22.945,9	25.655,5	14.592,1	15.306,9	1.538,7	16.791,7	60,1	66,7	55,1	65,5	4,9	4,5
Impostos diretos	19,7	19,7	19,6	22,3	0,0	22,3	100,0	113,1	-	113,1	13,6	0,0
Impostos indiretos	357,5	1.077,5	257,3	255,1	450,4	705,5	66,4	71,4	62,6	65,5	-0,9	0,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	3.470,0	3.470,0	2.519,9	2.215,1	0,0	2.215,1	60,7	63,8	-	63,8	-12,1	-1,9
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.353,5	1.730,6	815,9	815,3	174,1	989,4	53,6	60,2	46,0	57,2	-0,1	0,0
Transferências Correntes	16.598,8	17.391,0	10.460,1	11.314,2	532,3	11.789,2	62,7	75,7	67,2	67,8	8,2	5,4
Outros subsectores das Administrações Públicas	15.965,7	16.382,0	10.153,7	10.974,4	325,5	11.242,6	63,3	68,7	78,2	68,6	8,1	5,2
União Europeia	486,3	850,7	197,2	226,6	203,6	430,3	42,9	46,6	55,9	50,6	14,9	0,2
Outras transferências	146,8	158,3	109,3	113,2	3,2	116,4	60,6	77,1	27,9	73,5	3,6	0,0
Outras Receitas Correntes	1.146,4	1.966,6	519,2	685,0	381,8	1.070,1	34,5	59,7	42,3	54,4	31,9	1,0
Receita de capital	1.816,8	2.531,9	1.273,1	751,0	470,8	1.216,4	62,8	41,3	64,9	48,0	-41,0	-3,3
Venda de bens de investimento	19,3	51,8	13,2	2,4	3,7	6,2	19,8	12,6	11,5	11,9	-81,6	-0,1
Transferências de capital	1.795,2	2.458,0	1.259,6	748,4	466,2	1.209,1	64,4	44,1	70,3	49,2	-40,6	-3,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	332,7	727,4	272,8	175,4	359,0	528,9	56,0	52,7	91,0	72,7	-35,7	-0,6
União Europeia	881,0	1.149,1	381,5	467,8	106,2	573,9	45,9	53,1	39,6	49,9	22,6	0,5
Outras transferências	581,5	581,5	605,4	105,3	1,0	106,3	94,8	18,1	-	18,3	-82,6	-3,2
Outras Receitas de Capital	2,3	22,1	0,3	0,2	0,9	1,1	8,7	0,2	3,0	5,0	-32,5	0,0
Receita efetiva	24.762,7	28.187,3	15.865,2	16.057,9	2.009,5	18.008,1	60,3	64,8	57,1	63,9	1,2	
Despesa corrente	22.546,7	25.385,9	13.876,0	14.413,2	1.510,1	15.869,4	57,5	63,9	51,7	62,5	3,9	3,7
Despesas com o pessoal	2.597,3	3.283,4	1.818,5	1.537,6	450,7	1.988,3	58,0	59,2	65,7	60,6	-15,4	-1,9
Aquisição de bens e serviços	9.395,5	10.189,8	5.218,0	6.153,7	413,7	6.567,4	58,0	65,5	52,1	64,5	17,9	6,4
Juros e outros encargos	19,0	1.147,6	5,5	27,6	428,4	455,9	13,2	145,3	38,0	39,7	401,7	0,2
Transferências correntes	9.594,7	9.617,8	6.543,9	6.262,1	17,7	6.254,3	58,6	65,3	76,6	65,0	-4,3	-1,9
Outros subsectores das Administrações Públicas	706,5	706,5	428,3	407,7	3,4	385,5	35,1	57,7	-	54,6	-4,8	-0,1
Outras transferências	8.888,2	8.911,4	6.115,6	5.854,4	14,3	5.868,8	61,5	65,9	61,9	65,9	-4,3	-1,8
Subsídios	619,5	649,3	249,9	198,5	17,4	215,9	36,2	32,0	58,4	33,3	-20,6	-0,4
Outras despesas correntes	320,6	497,9	40,2	233,7	182,1	387,6	32,1	72,9	69,6	77,8	481,9	1,3
Despesa de capital	1.218,8	2.998,1	798,0	519,0	1.016,0	1.529,6	40,6	42,6	56,8	51,0	-35,0	-1,9
Investimento	451,3	2.240,7	158,0	148,8	1.015,6	1.164,4	21,6	33,0	56,8	52,0	-5,8	-0,1
Transferências de capital	738,1	738,1	616,8	366,3	0,4	359,9	51,3	49,6	-	48,8	-40,6	-1,7
Outros subsectores das Administrações Públicas	69,8	69,8	33,7	58,2	0,0	51,4	28,7	83,4	-	73,6	72,6	0,2
Outras transferências	668,3	668,3	583,1	308,1	0,4	308,6	53,7	46,1	-	46,2	-47,2	-1,9
Outras despesas de capital	29,5	19,3	23,1	3,8	0,0	5,2	76,1	12,9	-	27,1	-83,5	-0,1
Despesa efetiva	23.765,5	28.384,0	14.674,0	14.932,2	2.526,1	17.398,9	56,2	62,8	53,6	61,3	1,8	
Saldo global	997,2	-196,6	1.191,2	1.125,7	-516,5	609,2						
<i>Por memória:</i>												
Despesas de anos anteriores			1018,3	980,2	270,9	1.251,1						
Despesa primária	23.746,6	27.236,3	14.668,5	14.904,6	2.097,7	16.943,0						
Saldo primário	1.016,2	951,0	1.196,7	1.153,3	-88,2	1.065,2						
Saldo corrente	399,3	269,6	716,1	893,7	28,6	922,4						
Saldo de capital	597,9	-466,2	475,1	232,0	-545,2	-313,2						
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	1.099,0	799,9	721,6	253,1	-15,7	237,4						
<i>dos quais Receitas de:</i>												
Alienação de partes de Capital	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0						
Outros Ativos	1.099,0	1.398,1	1.301,0	2.031,7	66,7	2.098,4						
Passivos financeiros líquidos de amortizações	134,4	1.080,5	10,2	6,3	578,7	585,1						
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior			479,7	879,0	77,8	956,9						

Nota: As diferenças de consolidação são imputadas a outras receitas e/ou despesas correntes e de capital.

Organismos com execução orçamental em falta:

2011

UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, I.P

2012

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., PARUPS, S.A., PARVALOREM, S.A., Tapada Nacional de Mafra - Centro Turístico, Cinegético e de Educação Ambiental, CIRPL, Empresa de Meios Aéreos, SA

Fonte: Ministério das Finanças

Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações

Execução Orçamental da Caixa Geral de Aposentações (janeiro a agosto)

€ Milhões

	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	Contrib. VH (pp)
	Objetivo 2012 O.Rectificativo	Execução		Grau de Execução (%)		VH (%)		
Receita corrente	7.838,7	5.627,9	5.352,5	64,1	68,3	3,4	-4,9	-4,4
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	3.464,3	2.516,5	2.212,0	60,7	63,9	-6,2	-12,1	-4,9
Quotas e contribuições para a CGA	2.900,5	2.154,9	1.884,4	64,0	65,0	-2,7	-12,6	-4,3
Compensação por pagamento de pensões	560,9	361,6	327,6	46,5	58,4	-22,8	-9,4	-3,3
Subsectores das Administrações Públicas	509,2	330,4	313,5	60,5	61,6	0,6	-5,1	-0,3
Outras entidades	51,7	31,2	14,1	13,5	27,3	-77,7	-54,7	-0,3
Transferências Correntes	4.223,9	3.035,5	3.051,3	67,9	72,2	12,3	0,5	0,3
Orçamento do Estado	4.216,9	3.029,3	3.043,1	68,0	72,2	12,3	0,5	0,2
Comparticipação do Orçamento do Estado	3.971,0	2.870,0	2.879,9	68,3	72,5	13,4	0,3	0,2
Compensação por pagamento de pensões	245,9	159,3	163,2	63,6	66,4	-5,4	2,4	0,1
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	171,8	107,3	109,0	64,2	63,4	-1,9	1,6	0,0
Subvenções vitalícias	7,9	5,2	4,2	67,3	54,0	-16,5	-17,7	0,0
Pensões de preço de sangue	28,9	20,7	19,5	65,3	67,4	-2,2	-5,7	0,0
Outras	37,3	26,2	30,5	59,7	81,7	-17,4	16,3	0,1
Adicional ao IVA	0,0	0,0	0,0	-	-	-	-	-
Outras transferências correntes	7,0	6,1	8,2	34,3	117,0	66,3	33,5	0,0
Outras receitas correntes	150,5	76,0	89,2	44,1	59,3	30,9	17,3	0,2
Receita de capital	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-8,0
Transferências de Capital	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-8,0
Outras entidades	563,1	594,2	96,8	95,6	17,2	-	-83,7	-8,0
Receita Efectiva	8.401,8	6.222,2	5.449,2	66,1	64,9	14,3	-12,4	-12,4
Despesa Corrente	8.019,3	5.614,4	5.282,0	64,3	65,9	3,5	-5,9	-5,8
Despesas com o pessoal	8,2	4,9	4,5	63,9	55,1	4,8	-8,0	0,0
Aquisição de bens e serviços	32,7	15,1	14,3	36,2	43,7	-4,0	-5,1	0,0
Juros e outros encargos	4,3	0,9	0,3	4,0	7,2	-74,5	-64,4	0,0
Transferências	7.970,8	5.592,5	5.262,1	64,6	66,0	3,5	-5,9	-5,7
Pensões e abonos da responsabilidade de:						-	-	
Caixa Geral de Aposentações	7.170,2	5.045,0	4.734,7	64,8	66,0	5,5	-6,2	-5,4
Orçamento do Estado	238,4	151,9	157,8	62,7	66,2	-2,2	3,9	0,1
Outras entidades	560,9	395,4	369,4	63,5	65,9	-15,2	-6,6	-0,5
Outras transferências correntes	1,3	0,2	0,3	13,6	26,8	20,6	97,4	-
Outras despesas correntes	3,3	1,1	0,8	50,0	24,5	90,4	-29,6	0,0
Despesa de Capital	0,0	144,2	0,0	-	-	-	-	-
Despesa efectiva	8.019,3	5.758,6	5.282,0	64,9	65,9	6,1	-8,3	-8,3
Saldo global	382,5	463,5	167,2					
<i>Por memória:</i>								
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	382,5	507,4	71,3					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	0,0	-43,9	95,9					

Fonte: Ministério das Finanças

Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde

Execução Financeira Consolidada do Serviço Nacional de Saúde - Ótica de Compromissos (janeiro a agosto)				€ Milhões
	2011	2012	VH (%)	Contrib. VH (pp)
	Milhões de Euros			
Subsídio de investimento	12,9	15,5	20,2	0,0
Prestação de serviços	63,1	96,1	52,3	0,6
Próprio ano	25,7	53,0	106,2	0,5
Anos anteriores	37,4	43,1	15,2	0,1
Transferências correntes obtidas (Orçamento Estado)	5.398,1	6.436,5	19,2	18,6
Transferências correntes obtidas da Administração Local	21,0	22,4	6,7	0,0
Outros proveitos operacionais	9,2	6,1	-33,7	-0,1
Próprio ano	5,6	4,4	-21,4	0,0
Anos anteriores	3,6	1,7	-52,8	0,0
Proveitos e ganhos financeiros	0,2	0,3	50,0	0,0
Próprio ano	0,2	0,2	0,0	0,0
Anos anteriores	0,0	0,1		
Outras receitas	85,8	97,6	13,8	0,2
Próprio ano (inclui rec. SNS)	83,4	94,1	12,8	0,2
Anos anteriores	2,4	3,5	45,8	0,0
Receita cobrada	5.590,3	6.674,5	19,4	
Despesas com o pessoal	636,2	550,1	-13,5	-1,5
Compras	66,0	70,0	6,1	0,1
Fornecimentos e serviços	124,4	128,2	3,1	0,1
Subcontratos	4.824,9	4.533,7	-6,0	-5,0
Produtos vendidos em farmácias	929,2	845,5	-9,0	-1,4
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	481,3	444,0	-7,7	-0,6
Outros subcontratos	383,8	427,3	11,3	0,8
Outros serviços de saúde - Hospitais EPE	3.030,6	2.816,9	-7,1	-3,7
Imobilizações	56,9	44,8	-21,3	-0,2
Outras despesas exercício (inclui as Outras despesas do SNS)	74,5	49,3	-33,8	-0,4
Despesa paga do ano e de anos anteriores	5.782,9	5.376,1	-7,0	
Saldo	-192,6	1.298,4		

Nota: As rubricas de Farmácias e Contrato Programa EPE correspondem à despesa total do ano.

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

Execução Orçamental da Segurança Social

Execução Orçamental da Segurança Social (janeiro a agosto)

€ Milhões

	Objetivo Orçamento Retificativo	2011	2012	2011	2012	VH (%)		Contrib. VH (pp)
		Milhões de Euros		Grau de Execução (%)		2011	2012	
Receita corrente	24.114,1	15.792,4	15.907,6	65,8	66,0	14,5	0,7	0,7
Contribuições e quotizações	13.592,0	9.135,0	8.707,0	64,7	64,1	18,6	-4,7	-2,7
IVA Social e do Plano se Emergência Social	948,8	476,8	481,2	66,7	50,7	17,1	0,9	0,0
Transferências correntes da Administração Central	7.180,4	4.580,9	4.918,2	66,0	68,5	-0,4	7,4	2,1
Financiamento da Lei de Bases da Segurança Social	6.457,2	4.474,4	4.462,5	66,7	69,1	-0,7	-0,3	-0,1
Transferências do Fundo Social Europeu	1.371,1	970,8	1.124,7	72,2	82,0	63,2	15,9	1,0
Outras receitas correntes	1.021,7	628,8	676,5	69,6	66,2	30,3	7,6	0,3
Receita de capital	26,3	2,8	3,5	6,7	13,3	-87,9	23,2	0,0
Venda de Bens de Investimento	20,0	1,7	1,6	4,9	7,9	-92,4	-8,3	0,0
Transferências do Orçamento de Estado	6,2	1,1	1,9	15,1	30,2	38,6	70,7	0,0
Outras receitas de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	122,9	-100,0	-	-
Receita Efetiva	24.140,3	15.795,2	15.911,1	65,6	65,9	14,4	0,7	0,7
Despesa Corrente	24.045,7	15.055,9	15.624,7	58,0	65,0	13,0	3,8	3,8
Prestações Sociais	21.007,8	13.403,1	13.803,1	63,9	65,7	11,4	3,0	2,7
Pensões	14.473,0	9.221,6	9.318,6	63,7	64,4	16,0	1,1	0,6
Sobrevivência	1.876,6	1.252,7	1.288,7	63,7	68,7	8,4	2,9	0,2
Invalidez	1.356,5	899,2	897,1	63,9	66,1	11,6	-0,2	0,0
Velhice	11.210,0	7.066,6	7.131,2	63,6	63,6	18,0	0,9	0,4
Beneficiários dos antigos combatentes	30,0	3,1	1,7	0,0	5,6	254,8	-44,7	0,0
Subsídio familiar a crianças e jovens	655,6	450,4	447,4	66,1	68,2	-23,2	-0,7	0,0
Subsídio por doença	426,5	304,3	290,7	67,1	68,2	15,2	-4,5	-0,1
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	2.184,8	1.377,4	1.692,4	64,9	77,5	2,1	22,9	2,1
Complemento Solidário para Idosos	274,5	181,4	181,9	65,6	66,3	18,1	0,3	0,0
Outras prestações	776,9	563,0	578,3	65,8	74,4	18,3	2,7	0,1
Ação social	1.846,5	1.024,1	1.017,8	62,6	55,1	11,9	-0,6	0,0
Rendimento Social de Inserção	370,0	280,9	276,1	66,9	74,6	-15,6	-1,7	0,0
Pensão velhice do regime substitutivo dos bancários	522,0	0,0	332,9	0,0	63,8	-	-	-
Administração	338,5	215,3	184,0	55,1	54,4	-0,2	-14,5	-0,2
Outras despesas correntes	585,0	436,3	412,4	67,7	70,5	12,8	-5,5	-0,2
<i>dos quais:</i>								
Transferências e subsídios correntes	582,5	436,3	412,4	67,7	70,8	12,8	-5,5	-0,2
Ações de Formação Profissional	1.592,4	1.001,2	892,4	62,6	56,0	44,2	-10,9	-0,7
<i>dos quais:</i>								
Com suporte no Fundo Social Europeu	1.382,3	834,9	777,1	61,0	56,2	51,1	-6,9	-0,4
Despesa de Capital	31,8	11,7	17,6	24,6	55,4	12,3	51,0	0,0
PIDDAC	6,2	0,8	0,7	11,2	11,9	-63,6	-9,8	0,0
Outras	25,5	10,8	16,9	28,4	66,0	33,5	55,6	0,0
Despesa efetiva	24.077,4	15.067,5	15.642,3	63,7	65,0	13,0	3,8	3,8
Saldo global	62,9	727,7	268,8					
<i>Por memória:</i>								
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	-786,3	335,5	210,5					
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0					
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0					
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	849,2	392,2	58,2					

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

Notas:

Os valores relativos ao ano anterior foram objecto de ajustamento à informação divulgada na Síntese de Execução Orçamental deste ano, em virtude de operações de consolidação anual e revisão de elementos em sede de encerramento de contas.

Valores consolidados - são excluídas transferências intra-setoriais.

Administração Regional

Execução Orçamental da Administração Regional

€ Milhões

	R. Autónoma dos Açores				R. Autónoma da Madeira				Administração Regional			
	Ano	agosto		VH (%)	Ano	agosto		VH (%)	Ano	agosto		VH (%)
	2011	2011	2012		2011	2011	2012		2011	2011	2012	
Receita corrente	714,6	497,9	448,8	-9,9	1.015,9	643,3	574,4	-10,7	1.730,5	1.141,2	1.023,3	-10,3
Impostos diretos	192,1	108,6	96,6	-11,0	258,8	139,6	131,3	-5,9	450,9	248,2	227,8	-8,2
<i>dos quais:</i>												
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	145,9	81,0	79,8	-1,5	183,0	89,6	88,1	-1,7	328,9	170,7	167,9	-1,6
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	46,1	27,5	16,8	-38,9	72,0	46,2	43,1	-6,7	118,1	73,7	59,9	-18,7
Impostos indiretos	309,8	202,7	174,4	-14,0	408,4	256,2	241,6	-5,7	718,1	458,9	416,1	-9,3
<i>dos quais:</i>												
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	193,0	126,2	109,0	-13,6	266,7	173,5	166,8	-3,9	459,8	299,8	275,9	-8,0
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	4,8	3,1	2,5	-19,4	6,3	4,0	3,5	-12,5	11,1	7,1	5,9	-16,9
Taxas, Multas e Outras Penalidades	18,5	11,8	12,3	4,2	24,9	14,6	18,2	24,7	43,4	26,4	30,4	15,2
Rendimentos da Propriedade	2,6	1,9	1,5	-21,1	4,3	2,5	7,1	184,0	6,9	4,3	8,6	100,0
Transferências Correntes	167,1	156,4	149,4	-4,5	285,7	218,0	148,2	-32,0	452,7	374,4	297,6	-20,5
Administração Central - Estado	146,0	146,0	139,0	-4,8	242,2	193,7	129,0	-33,4	388,2	339,6	268,0	-21,1
Outros subsectores das AP	13,1	8,4	6,0	-28,6	16,0	8,2	8,0	-2,4	29,1	16,6	14,0	-15,7
Resto do mundo	7,4	1,8	3,8	111,1	27,4	15,9	11,1	-30,2	34,8	17,7	14,9	-15,8
Outras transferências	0,6	0,2	0,7	250,0	0,0	0,3	0,1	-66,7	0,7	0,5	0,7	40,0
Venda de bens e serviços correntes	15,3	10,4	10,8	3,8	9,4	6,3	9,6	52,4	24,7	16,8	20,4	21,4
Reposições não abatidas nos pagamentos	2,3	1,9	0,8	-57,9	1,0	0,7	0,5	-28,6	3,3	2,7	1,3	-51,9
Outras receitas correntes	2,2	1,0	0,6	-40,0	17,2	1,4	14,6	942,9	19,4	2,4	15,2	533,3
Receita de capital	318,7	160,3	170,4	6,3	65,1	47,8	64,7	35,4	383,8	208,1	235,1	13,0
Venda de Bens de Investimento	0,3	0,3	0,0	-100,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,5	0,3	0,2	-33,3
Transferências de Capital	318,2	160,0	170,0	6,3	64,7	47,5	64,6	36,0	383,0	207,5	234,6	13,1
Administração Central - Estado	206,2	117,1	105,8	-9,6	8,5	6,3	33,3	428,6	214,7	123,3	139,1	12,8
Outros subsectores das AP	0,4	0,0	3,5	0,0	4,6	0,2	1,5	650,0	4,9	0,2	4,9	2.350,0
Resto do mundo	111,6	42,8	60,6	41,6	51,6	41,0	29,7	-27,6	163,2	83,9	90,3	7,6
Outras transferências	0,2	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,3	200,0
Outras receitas de capital	0,1	0,1	0,3	200,0	0,3	0,2	0,0	-100,0	0,3	0,3	0,3	0,0
Receita Efetiva	1.033,3	658,2	619,2	-5,9	1.081,0	691,1	639,2	-7,5	2.114,3	1.349,3	1.258,4	-6,7
Despesa Corrente	860,5	530,2	500,6	-5,6	945,4	605,7	687,8	13,6	1.805,9	1.135,9	1.188,4	4,6
Despesas com o pessoal	375,9	242,3	213,1	-12,1	390,0	251,3	224,4	-10,7	766,0	493,6	437,5	-11,4
Aquisição de bens e serviços	167,6	76,7	71,3	-7,0	179,8	120,5	185,0	53,5	347,4	197,1	256,3	30,0
Juros e outros encargos	13,6	9,0	19,0	111,1	43,1	29,8	47,8	60,4	56,7	38,8	66,7	71,9
Transferências	242,5	167,7	168,0	0,2	287,5	178,1	202,5	13,7	530,0	345,9	370,5	7,1
Subsectores das AP	7,3	6,6	0,7	-89,4	0,5	0,2	0,2	0,0	7,8	6,8	0,9	-86,8
Outras transferências	235,2	161,1	167,3	3,8	287,0	177,9	202,3	13,7	522,2	339,1	369,6	9,0
Subsídios	47,3	26,5	21,4	-19,2	25,4	13,1	12,7	-3,1	72,7	39,7	34,0	-14,4
Outras despesas correntes	13,6	8,0	7,9	-1,3	19,6	12,8	15,4	20,3	33,1	20,8	23,4	12,5
Despesa de Capital	196,3	114,3	90,5	-20,8	124,8	95,4	61,4	-35,6	321,1	209,7	151,8	-27,6
Aquisição de bens de capital	88,5	39,8	27,6	-30,7	94,6	74,3	34,0	-54,2	183,1	114,1	61,6	-46,0
Transferências	107,4	74,2	62,7	-15,5	30,2	21,1	27,3	29,4	137,6	95,3	90,0	-5,6
Subsectores das AP	14,1	6,6	7,0	6,1	5,0	4,0	4,5	12,5	19,1	10,6	11,5	8,5
Outras transferências	93,3	67,6	55,6	-17,8	25,2	17,1	22,9	33,9	118,5	84,7	78,5	-7,3
Outras despesas de capital	0,4	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,3	0,3	0,0
Despesa efetiva	1.056,8	644,5	591,1	-8,3	1.070,2	701,1	749,1	6,8	2.127,0	1.345,6	1.340,2	-0,4
Saldo global	-23,5	13,6	28,1		10,9	-9,9	-110,0		-12,6	3,7	-81,9	85,5
<i>Por memória:</i>												
Despesa primária	1.043,2	635,5	572,1	-10,0	1.027,0	671,2	701,4	4,5	2.070,2	1.306,8	1.273,5	-2,5
Saldo primário	-9,9	22,6	47,1		54,0	19,9	-62,2		44,1	42,5	-15,1	
Saldo corrente	-145,9	-32,3	-51,8		70,6	37,6	-113,3		-75,3	5,3	-165,1	
Saldo de capital	122,4	46,0	79,9		-59,7	-47,6	3,4		62,7	-1,6	83,3	
Activos financeiros líquidos de reembolsos	0,6	0,4	0,4		7,4	5,4	204,4		8,0	5,8	204,8	
<i>dos quais Receitas de:</i>												
Alienação de partes de Capital	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0	
Outros Ativos	-0,6	-0,6	-0,1		-1,5	-0,9	-0,5		-2,0	-1,5	-0,6	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	23,0	0,0	0,0		5,6	-5,5	425,6		28,6	-5,5	425,6	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-1,1	13,2	27,8		9,1	-20,8	111,2		8,0	-7,6	139,0	

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

Execução Orçamental da Administração Local (janeiro a agosto)

€ Milhões

	Ano	Universo Real		Universo Comparável		Var. Abs.	Var. Cad. (%)
		2012		2012			
		2011	jul	ago	jul		
Receita corrente	5.658,3	3.049,0	2.805,1	2.460,4	2.777,8	317,4	0,1
Impostos diretos	2.113,6	1.106,7	1.016,8	899,3	1.005,5	106,2	
Imposto Municipal sobre Transmissões	501,9	243,0	229,0	200,6	226,3	25,7	
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.167,9	697,0	576,3	560,3	569,9	9,7	
Imposto Municipal sobre Veículos	183,8	118,6	114,6	96,2	113,3	17,1	
Derrama	251,8	46,4	95,3	41,0	94,5	53,6	
Outros	8,2	1,8	1,6	1,2	1,5	0,2	
Impostos indiretos	134,1	85,6	76,9	68,8	76,5	7,8	
Taxas, Multas e Outras Penalidades	234,2	112,9	108,7	97,8	108,0	10,2	
Rendimentos da Propriedade	259,3	141,9	129,0	122,7	128,0	5,2	
Transferências Correntes	2.137,3	1.162,0	1.073,6	920,3	1.063,3	143,0	
Lei das Finanças Locais	1.662,1	901,1	832,1	720,5	824,8	104,3	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.132,4	597,5	544,5	470,9	539,6	68,7	
Fundo Social Municipal	153,2	80,4	73,9	63,9	73,0	9,1	
Participação IRS	376,5	223,2	213,7	185,7	212,2	26,5	
Outros subsectores das AP	422,0	228,1	214,4	175,2	211,5	36,3	
Resto do mundo	23,1	13,3	11,8	10,2	11,7	1,4	
Outras transferências	30,1	19,6	15,3	14,4	15,3	1,0	
Venda de bens e serviços correntes	704,5	399,3	369,2	323,7	365,7	42,0	
Reposições não abatidas nos pagamentos	13,1	5,7	5,0	4,8	5,0	0,2	
Outras receitas correntes	62,3	34,8	25,9	23,1	25,9	2,8	
Receita de capital	1.624,7	810,8	753,6	651,8	744,1	92,3	-20,4
Venda de Bens de Investimento	84,2	34,3	30,4	28,6	30,4	1,7	
Transferências de Capital	1.522,8	765,8	713,1	613,8	703,6	89,8	
Lei das Finanças Locais	728,6	386,7	354,3	305,8	351,0	45,2	
Fundo de Equilíbrio Financeiro	728,6	386,7	354,3	305,8	351,0	45,2	
Fundo de Coesão Municipal	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros subsectores das AP	101,8	42,0	40,2	35,1	40,2	5,1	
Resto do mundo	677,8	327,1	309,5	264,7	303,2	38,5	
Outras transferências	14,6	10,0	9,2	8,1	9,2	1,0	
Outras receitas de capital	17,7	10,8	10,1	9,4	10,1	0,7	
Receita Efetiva	7.283,0	3.859,8	3.558,7	3.112,2	3.521,9	409,7	-5,4
Despesa Corrente	5.032,6	2.626,8	2.407,4	2.112,2	2.386,9	274,7	-13,1
Despesas com o pessoal	2.365,0	1.193,8	1.091,8	959,0	1.084,4	125,4	
Aquisição de bens e serviços	1.789,4	985,3	900,7	789,3	891,0	101,6	
Juros e outros encargos	141,5	76,1	71,2	61,4	70,8	9,5	
Transferências	477,8	239,7	218,6	191,3	216,0	24,6	
Subsectores das AP	219,4	106,6	95,0	82,9	94,1	11,2	
Outras transferências	258,3	133,1	123,6	108,4	121,9	13,5	
Subsídios	163,5	79,4	78,7	69,3	78,7	9,4	
Outras despesas correntes	95,4	52,5	46,4	41,9	46,1	4,2	
Despesa de Capital	2.042,4	967,4	910,0	790,9	901,6	110,7	-16,4
Aquisição de bens de capital	1.670,2	803,7	756,2	656,3	748,6	92,3	
Transferências	335,2	144,2	132,6	116,1	131,8	15,6	
Subsectores das AP	145,4	63,6	59,0	50,8	58,5	7,7	
Outras transferências	189,8	80,5	73,7	65,3	73,2	7,9	
Outras despesas de capital	37,0	19,5	21,2	18,4	21,2	2,8	
Despesa efetiva	7.075,0	3.594,1	3.317,4	2.903,0	3.288,5	385,5	-14,1
Saldo global	208,0	265,7	241,3	209,1	233,4	24,2	
<i>Por memória:</i>							
Despesa primária	6.933,5	3.518,0	3.246,2	2.841,7	3.217,6	376,0	
Saldo primário	349,5	341,8	312,5	270,5	304,2	33,7	
Saldo corrente	625,7	422,2	397,7	348,2	390,9	42,7	
Saldo de capital	-417,7	-156,5	-156,4	-139,1	-157,5	-18,4	
Ativos financeiros líquidos de reembolsos	16,0	4,7	8,0	7,8	7,9	0,2	
<i>dos quais Receitas de:</i>							
Alienação de partes de Capital	-1,1	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros Ativos	-13,0	-11,7	-6,8	-6,7	-6,8	0,0	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-140,7	-141,2	-134,5	-107,6	-133,6	-26,0	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	51,3	119,8	98,8	93,7	91,8	-1,9	
Taxa de comparticip. financiam. comunitário	40,6%	40,7%	40,9%	40,3%	40,5%		

Fonte: BIORC - DGO com base nos dados do SIAL.

[a] Valores mensais.

Universo completo: 308 Municípios

2011 (Univ. Real)

Conta de Gerência: 308 Mun.

2012 (Univ. Real)

agosto: 238 Mun; Faltosos:

Aguiar da Beira - Albergaria-a-Velha - Albufeira - Alcácer do Sal - Alenquer - Alijó - Almeirim - Alter do Chão - Amadora - Ansião - Aveiro - Azambuja - Boticas - Braga - Calheta (São Jorge) - Cantanhede - Carregal do Sal - Castanheira de Pêra - Celorico da Beira - Covilhã - Crato - Entroncamento - Estarreja - Faro - Ferreira do Zêzere - Gavião - Góis - Gouveia - Grândola - Guarda - Idanha-a-Nova - Lamego - Loures - Mação - Macedo de Cavaleiros - Melgaço - Mira - Moimenta da Beira - Montemor-o-Novo - Moura - Nelas - Ourém - Paços de Ferreira - Palmela - Pampilhosa da Serra - Pedrógão Grande - Penafiel - Penela - Peso da Régua - Portalegre - Redondo - Santa Cruz - Santa Cruz das Flores - Santarém - Sardoal - Sernancelhe - Serpa - Sesimbra - Tarouca - Tondela - Torres Novas - Trofa - Viana do Castelo - Vieira do Minho - Vila de Rei - Vila Franca de Xira - Vila Nova de Paiva - Vila Pouca de Aguiar - Vila Real de Santo António - Vouzela

jul: 299 Mun; Faltosos:

Alenquer - Alijó - Calheta (São Jorge) - Macedo de Cavaleiros - Melgaço - Mira - Moimenta da Beira - Paços de Ferreira - Penafiel

2012 (Univ. Comparável)

julho: 236 Mun; Faltosos:

Águeda - Aguiar da Beira - Albergaria-a-Velha - Albufeira - Alcácer do Sal - Alenquer - Alijó - Almeirim - Alter do Chão - Amadora - Ansião - Aveiro - Azambuja - Boticas - Braga - Caldas da Rainha - Calheta (São Jorge) - Cantanhede - Carregal do Sal - Castanheira de Pêra - Celorico da Beira - Covilhã - Crato - Entroncamento - Estarreja - Faro - Ferreira do Zêzere - Gavião - Góis - Gouveia - Grândola - Guarda - Idanha-a-Nova - Lamego - Loures - Mação - Macedo de Cavaleiros - Melgaço - Mira - Moimenta da Beira - Montemor-o-Novo - Moura - Nelas - Ourém - Paços de Ferreira - Palmela - Pampilhosa da Serra - Pedrógão Grande - Penafiel - Penela - Peso da Régua - Portalegre - Redondo - Santa Cruz - Santa Cruz das Flores - Santarém - Sardoal - Sernancelhe - Serpa - Sesimbra - Tarouca - Tondela - Torres Novas - Trofa - Viana do Castelo - Vieira do Minho - Vila de Rei - Vila Franca de Xira - Vila Nova de Paiva - Vila Pouca de Aguiar - Vila Real de Santo António - Vouzela

Dívida não Financeira da Administração Pública

Contas a Pagar, da Administração Central, em final de agosto de 2012

€ Milhões

Ministérios	Stock de Dívida					Variação de Dívida face ao início do ano				
	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL	Entidades fora das Administrações Públicas			Entidades das Admin. Públicas	TOTAL
	Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total			Dívida Comercial	Restantes Dívidas a sectores fora das AP	Total		
Encargos Gerais do Estado	1	4	4	1	5	0	4	4	0	3
Presidência do Conselho de Ministros	37	70	107	0	107	-7	66	59	0	59
Finanças	2	17	19	1	21	0	-96	-95	1	-94
Negócios Estrangeiros	5	7	12	1	13	1	-32	-31	1	-30
Defesa Nacional	34	13	47	5	52	15	13	27	5	32
Administração Interna	20	1	20	0	20	8	-1	7	0	7
Justiça	44	16	60	0	60	-14	0	-15	-2	-16
Economia e Emprego	117	167	284	12	296	-64	84	21	11	31
Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território	20	70	90	4	94	-7	-50	-57	1	-57
Saúde	8	0	8	0	8	7	0	7	0	7
Educação e Ciência	86	36	122	8	130	-71	25	-46	1	-44
Solidariedade e Segurança Social	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0
TOTAL	375	399	774	33	806	-131	11	-119	19	-101

Nota: valores provisórios. Definições de acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. A dívida comercial refere-se a dívidas com aquisição de bens e serviços, bens de capital e despesas de saúde a entidades fora das Administrações Públicas.

Os dados incluem as empresas públicas reclassificadas da Adm. Central

Fonte: Ministério das Finanças

Contas a Pagar a Entidades fora das AP (Stock no final do período)

€ Milhões

Subsector	2012							
	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto
Administração Central	894	1044	986	1072	750	959	769	774
Administração Local	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Regional	2.124	2.136	2.197	2.167	2.044	2.100	2.095	2.077

Notas:

Valores para a Administração Central revistos por incorporação de informação anteriormente não reportada.

Valores para a Administração Local relativos a 2012 não disponíveis.

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela DGAL, DGO, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores

Pagamentos em atraso (dívidas por pagar há mais de 90 dias)

€ Milhões

Subsector	2011	2012							
	dezembro	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto provisório
Administrações Públicas									
Admin. Central excl. Subsetor da Saúde	162	190	204	191	179	135	155	129	123
Subsector da Saúde	214	219	194	152	185	202	216	200	36
Entidades públicas reclassificadas	58	51	50	45	46	61	48	39	-
Administração Local	1.620	1.662	1.683	1.704	1.725	1.630	1.584	1.537	1.512
Administração Regional	1.129	1.185	1.215	1.287	1.320	1.261	1.319	1.304	1.284
Total	3.183	3.307	3.345	3.379	3.455	3.289	3.322	3.209	2.956
Total consolidado	3.063	3.193	3.229	3.260	3.336	3.180	3.219	3.105	2.855
Outras Entidades									
Empresas públicas não reclassificadas	20	11	18	19	26	32	34	32	-
Hospitais EPE	1.616	1.695	1.697	1.856	1.948	1.996	1.877	1.806	1.086
Administrações Públicas e outras entidades - Total	4.700	4.899	4.944	5.135	5.309	5.207	5.131	4.943	3.941

Notas: Conceito de acordo com a definição da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro de 2012;

Fonte: Compilado pela DGO sobre os dados recolhidos pela ACSS, DGAL, DGO, DGTF, DR Orçamento e Contabilidade da Madeira e DR Orçamento e Tesouro dos Açores.

Indicadores Físicos do Sistema de Protecção Social da Função Pública

Pensionistas

	Número					VH (%)					Valor médio pago por pensionista (€)	VH (%)	
	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas	Velhice e Outros Motivos	Invalidez	Sobrevivência e Outros	Abonos abatidos de Aposentação / Reforma	Total de Pensionistas			
2011													
agosto	373.734	75.049	138.030	794	586.813	3,7	-0,5	1,2	1,9	2,5	1.071,3	0,9	
setembro	374.535	75.050	137.955	795	587.540	3,7	-0,4	1,0	-14,6	2,5	1.078,1	1,8	
outubro	375.203	75.065	137.932	812	588.200	3,7	-0,4	0,9	-8,8	2,5	1.083,7	0,9	
novembro	376.382	75.376	138.332	831	590.090	3,6	0,1	1,1	6,3	2,6	2.079,8	-1,1	
dezembro	377.747	75.382	138.648	896	591.777	3,5	0,1	1,1	12,7	2,5	1.087,1	1,4	
2012													
janeiro	378.477	75.381	138.644	912	592.502	3,3	0,1	1,1	-3,3	2,3	1.074,8	1,9	
fevereiro	379.557	75.384	138.827	1.065	593.768	3,3	0,2	1,2	6,8	2,4	1.080,9	1,6	
março	380.009	75.439	139.183	1.072	594.631	3,2	0,2	1,4	4,3	2,4	1.083,2	1,7	
abril	380.486	75.467	139.319	1.281	595.272	3,0	0,4	1,4	22,5	2,3	1.078,8	0,2	
maio	381.329	75.435	139.536	1.070	596.300	2,9	0,4	1,5	15,3	2,2	1.078,8	0,6	
junho	382.265	75.476	139.869	977	597.610	2,8	0,6	1,6	17,4	2,2	1.080,4	1,1	
julho	383.153	75.502	140.055	849	598.710	2,7	0,6	1,6	8,8	2,2	1.269,3	-39,1	
agosto	384.236	75.505	140.413	741	600.154	2,8	0,6	1,7	-6,7	2,3	1.077,3	0,6	

Novos Pensionistas de Aposentação / Reforma

	Número						VH do Total (%)	Pensão Média Nova (€)	VH (%)	Subscritores		
	Administr. Central	Administr. Regional	Administr. Local	Militares e forças Segurança	Outros	Total				Número	VH (%)	
2011												
agosto	858	49	198	97	305	1.507	-14,3	1.307	-2,9	569.389	-4,5	
setembro	902	59	238	139	259	1.597	7,0	1.399	10,4	565.374	-4,7	
outubro	741	51	182	228	293	1.495	-5,4	1.342	-2,5	563.589	-4,7	
novembro	764	43	158	117	1.239	2.321	11,6	1.233	3,1	561.570	-4,7	
dezembro	1.315	100	258	138	456	2.267	-9,9	1.379	12,1	559.164	-4,6	
2012												
janeiro	1.031	67	181	156	206	1.641	-34,3	1.483	9,1	556.738	-4,6	
fevereiro	1.437	58	223	131	299	2.148	13,1	1.479	-3,4	555.064	-4,5	
março	799	59	252	209	260	1.579	-7,0	1.312	-1,9	550.279	-5,0	
abril	574	49	223	416	524	1.786	-22,5	1.179	2,9	548.983	-4,9	
maio	570	56	205	437	613	1.881	-14,7	1.059	-5,1	547.338	-4,9	
junho	680	82	259	308	625	1.954	1,3	1.024	-10,0	545.729	-4,8	
julho	556	59	549	315	284	1.763	-7,0	1.125	-5,3	544.153	-4,8	
agosto	428	46	742	273	338	1.827	21,2	1.047	-19,9	n.d	-	

Fonte: Caixa Geral de Aposentações, I.P.

Glossário

A

Ativos financeiros (receita) – Receitas provenientes da venda e amortização de títulos de crédito, designadamente obrigações e ações ou outras formas de participação, assim como as resultantes de reembolso de empréstimos ou subsídios concedidos (*vide* Classificador Económico das receitas e despesas públicas).

Ativos financeiros (despesa) – Operações financeiras quer com a aquisição de títulos de crédito, incluindo obrigações, ações, quotas e outras formas de participação, quer com a concessão de empréstimos e adiantamentos ou subsídios reembolsáveis (*vide* Classificador Económico receitas e despesas públicas).

Administrações Públicas – Universo que compreende a Administração Central (serviços integrado e serviços e fundos autónomos), a Administração Regional (órgãos de governos regionais e serviços e fundos autónomos) e Local (municípios, freguesias e serviços e fundos autónomos) e a Segurança Social.

B

Bens e serviços correntes – Despesas com bens de consumo (duráveis ou não), a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, e serviços (*vide* Classificador Económico).

C

Cativação (ou congelamento) - Retenção de verbas do orçamento de despesa determinado na Lei do Orçamento do Estado, no decreto-lei de execução orçamental anual ou em decreto-lei específico, que se traduz numa redução da dotação utilizável pelos serviços e organismos.

A libertação destes montantes – **descativação** - é sujeita à autorização do Ministro das Finanças, que decide em função da evolução da execução orçamental e das necessidades de financiamento

Contabilidade Pública (ótica da) - Ótica de Caixa, ou de gerência – em que são considerados os recebimentos e pagamentos ocorridos em dado período.

Contribuição VH pp. - Contributo para a variação homóloga, correspondente ao contributo de cada parcela constituinte de um dado agregado para a variação homóloga desse agregado, medido em pontos percentuais.

D

Despesa corrente primária - Despesa corrente excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa efetiva

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as despesas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

Estado - Total da soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa orçamental, com exclusão das “transferências de capital para o Fundo de Regularização da Dívida Pública”, “ativos financeiros” e “passivos financeiros”;

Restantes subsectores - Soma dos agrupamentos da classificação económica de despesa, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros”.

Despesa primária - Despesa efetiva excluindo a rubrica de juros e outros encargos.

Despesa com pessoal – Consideram-se todas as espécies de remunerações principais, de abonos acessórios e de compensações que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos pela Administração.

Dotação corrigida – Recursos disponíveis para utilização pelos serviços, correspondentes à dotação orçamental inicial, abatida de cativos e corrigida com as alterações orçamentais que tenham tido lugar.

E

Estado – (em sentido estrito) Conjunto dos serviços dotados de autonomia administrativa. Nos termos do artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO). O subsector Estado corresponde ao conjunto dos “serviços integrados”. O orçamento de despesa dos serviços integrados inclui transferências para outros subsectores das administrações públicas, que são processados pelos diversos ministérios.

Execução orçamental – Conjunto de operações que conduzem à cobrança de receitas previstas e ao pagamento de despesas fixadas no Orçamento do Estado.

Glossário

F

Financiamento Nacional – Conjunto das fontes de financiamento com origem em receitas: gerais; próprias; transferências entre subsectores e dívida (excluí as receitas provenientes de fundos comunitários).

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) - Fundo estrutural criado pela Comissão Europeia e que contribui essencialmente para ajudar as regiões menos desenvolvidas, as que se encontram em reconversão económica e as que têm dificuldades estruturais.

Fundo Social Europeu (FSE) – Fundo estrutural que intervém essencialmente no âmbito da estratégia europeia para o emprego.

G

Grau de execução – Indicador, em percentagem, resultante da relação entre o valor executado no período em análise, para uma dada rubrica ou agregado de receita ou despesa, e o correspondente valor da previsão ou dotação corrigida abatido de cativos. Este grau é aferido por referência ao orçamento rectificativo

I

Impostos diretos – Receitas resultantes da tributação dos rendimentos de capital e do trabalho, dos ganhos de capital e de outras fontes de rendimentos incluindo as que recaem sobre o património, ex. IRS, IRC, Contribuição autárquica (*vide* Classificador Económico).

Impostos indiretos – Receitas que recaem sobre o setor produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços, ex. Imposto sobre valor acrescentado (IVA), Especiais, Imposto Automóvel (IA), Imposto do Selo (*vide* Classificador Económico).

O

Outra despesa corrente – Despesa corrente que assume carácter residual relativamente à despesa corrente, podendo-se desdobrar por subagrupamentos consoante a sua natureza, como por exemplo, “dotação Provisional”, “impostos e taxas” etc.

P

Padrão de segurança da despesa - Indicador, medido em percentagem, que corrige a sazonalidade, tendo em conta a distribuição intra-anual da despesa em análise ao longo dos últimos quatro anos. Os valores considerados são os relativos à dotação corrigida.

Passivos financeiros (receita) - Receitas provenientes da emissão de obrigações e de empréstimos contraídos a curto e a médio longo prazo (*vide* Classificador Económico).

Passivos financeiros (despesa) - Operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazos, que envolvam pagamentos decorrentes quer da amortização de empréstimos, titulados ou não, quer da regularização de adiantamentos ou de subsídios reembolsáveis, quer, ainda, da execução de avals ou garantias (*vide* Classificador Económico).

Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central PIDDAC – refere-se às despesas de investimento da responsabilidade da Administração Central.

Programa orçamental – Abrange as despesas correspondentes a um conjunto de medidas de carácter plurianual que concorrem, de forma articulada, para a concretização de um ou vários objetivos específicos, relativos a uma ou mais políticas públicas (*vide* artigo 19º da LEO).

Q

Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) - Documento estratégico para o período 2007-2013, que enquadra a concretização em Portugal de políticas de desenvolvimento económico, social e territorial através dos fundos estruturais e de coesão associados à política de coesão da União Europeia (*vide* Resolução de Conselho do Ministros n.º 86/2007, de 28 de Junho).

Receita consignada – Receita que a título excepcional e por determinação legal é afeta a despesas pré-determinadas.

Receita efetiva

Nos termos da Lei de Enquadramento Orçamental, as receitas efetivas são as que alteram definitivamente o património financeiro líquido, constituído pelos ativos financeiros detidos, nomeadamente pelas disponibilidades, pelos depósitos, pelos títulos, pelas ações e por outros valores mobiliários, subtraídos dos passivos financeiros.

A forma de cálculo para os diversos subsectores das Administrações Públicas é a seguinte:

Estado - Total da soma dos capítulos da classificação económica de receita orçamental, com exclusão dos “ativos financeiros” e “passivos financeiros” (vide Classificador Económico);

Restantes subsectores - Toda a Receita, com exclusão dos “ativos financeiros”, “passivos financeiros” e “saldos da gerência anterior”.

Receita própria – Cobranças efectuadas pelos serviços ou organismos do Estado, resultantes da sua atividade específica, da administração e alienação do seu património e quaisquer outras que por Lei ou contrato lhes devam pertencer, e sobre as quais detêm poder discricionário no âmbito dos respetivos diplomas orgânicos.

Receitas correntes - Referem-se as receitas que se renovam em todos os períodos financeiros.

Receitas fiscais – Receitas provenientes de impostos, sendo o financiamento que o setor público extrai do setor privado sob a forma coerciva, como meio de contribuir para o financiamento geral da atividade pública.

Remunerações certas e permanentes – Consideram-se todas as remunerações pagas como forma principal de retribuição dos trabalhadores em funções públicas, assumindo, assim, um carácter certo e permanente.

Reposições não abatidas nos pagamentos – Corresponde a entradas de fundos na tesouraria do Estado/organismo em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores, ou por não terem sido utilizados pelas entidades que os receberam (vide Classificador Económico).

Rubrica de classificação económica – *Item* de receita ou despesas pública que tem associado um dado código e uma designação segundo uma classificação por natureza da operação económica que lhe dá origem.

Saldo Corrente - Diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

Saldo Capital - Diferença entre a receita de capital e a despesa de capital.

Saldo global - Diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva.

Saldo Primário - Diferença entre a receita efetiva e a despesa primária

Saldo orçamental – Diferença entre Receitas de Estado e Despesas de Estado.

Serviços e Fundos Autónomos (SFA) - Organismos dotados de autonomia administrativa e financeira, regime que assume um carácter excepcional face à regra geral (autonomia administrativa). Excluindo os casos em que tal decorre de imperativo constitucional, este regime apenas pode ser atribuído a serviços que satisfaçam, cumulativamente, certos requisitos: Não tenham natureza e forma de empresa, fundação ou associação públicas; Quando se justifique para a adequada gestão (em particular a gestão de fundos comunitários); E as suas receitas próprias atinjam um mínimo de dois terços das despesas totais, com exclusão das despesas co-financiadas pela União Europeia.

(vide artigo 2.º da Lei de Enquadramento Orçamental e art.º 6.º da Lei de Bases da Contabilidade Pública - Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro).

Subsídios – Fluxos financeiros não reembolsáveis do Estado para as empresas públicas (equiparadas ou participadas) e empresas privadas, destinadas ao seu equilíbrio financeiro e à garantia, relativamente ao produto da sua atividade, de níveis de preços inferiores aos respetivos custos. Consideram-se ainda “Subsídios” as compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional (vide Classificador Económico).

Transferências correntes – Verbas destinadas a quaisquer organismos ou entidade, para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação direta para com o organismo dador (vide Classificador Económico).

Transferências de capital – Recursos financeiros que se destinam a financiar despesas de capital das unidades receptoras (vide Classificador Económico).

VH - Taxa de variação homóloga - Variação relativa (medida em percentagem) do valor do ano em análise face ao valor em idêntico período do ano anterior.